



ESCOLA informação

| n.º 20.nov./dez.2018 | 
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

Digital



**2018: Ano de grandes lutas.
2019: Ano de grandes vitórias?**

Sites e Blogs



Cantar Mais

<http://www.cantarmais.pt>

Cantar Mais – Mundos com Voz é um projeto da Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM) que assenta na disponibilização de um repertório diversificado de canções com arranjos e orquestrações originais apoiadas por recursos pedagógicos multimédia e tutoriais de formação.

As canções que constituem o Cantar Mais foram agrupadas em torno de oito categorias: tradicional, autor, do mundo, música antiga, fado, lusofonia, cante e teatro musical/ciclos de canções.

Para as diferentes canções foram construídos arranjos diferenciados em que se procura recriar e acentuar a diversidade de linguagens e estéticas existentes nas culturas musicais contemporâneas.

Pode-se encontrar no *site* do Cantar Mais, através de registo, um conjunto de canções, organizadas em categorias, com partituras e vídeo das partituras. Há versões áudio das canções podendo-se selecionar a versão "Voz e acompanhamento", a versão "Acompanhamento", a versão "Melodia e acompanhamento" e, para algumas canções,

uma versão "A cappella". Disponibilizam-se propostas pedagógicas para o ensino das canções e vídeos tutoriais. Há uma secção sobre "Ensinar e aprender uma canção" onde se apresentam estratégias e metodologias gerais para o ensino e aprendizagem de uma canção. E uma secção sobre investigação onde se selecionaram textos e trabalhos académicos relacionados com o cantar e as práticas artísticas em contexto escolar e comunitário.



Associação Brasileira de Educação Musical

<http://www.abeducacaomusical.com.br/>

A ABEM (Associação Brasileira de Educação Musical) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1991, com o intuito de congrega profissionais e de organizar, sistematizar e sedimentar o pensamento crítico, a pesquisa e a atuação na área da educação musical.

No seu *site* é possível descobrir duas revistas: Música na Educação Básica e a Revista da ABEM.

Música na Educação Básica (MEB) é uma publicação voltada para a produção de material didático, dirigida a professores e professoras que atuam na educação básica, estudantes, pesquisadores e profissionais interessados em propostas pedagógicas para o trabalho com educação musical em sala de aula

A Revista da ABEM é uma revista científica na área de Educação Musical que tem como objetivo divulgar a pluralidade do conhecimento em educação musical, seja este de cunho científico, através de relatos de pesquisa, de cunho teórico, através de reflexões acerca dos novos paradigmas educacionais, políticos e culturais, ou de cunho histórico, contextualizando as práticas atuais sob uma perspetiva histórica. A Revista da ABEM tem como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores da educação musical, além do público interessado na área em geral.■

Sofia Vilarigues



Contra os professores

Tal como se esperava (e, creio eu, a maior parte de nós desejava), o Orçamento de Estado para 2019 (OE2019) foi votado favoravelmente na especialidade pelos deputados do PS, PCP, BE, PAN e Verdes. Mas, se essa votação corresponde à vontade da maioria dos nossos cidadãos que veem neste OE resposta positiva a algumas questões, ela deixou em aberto a questão da contagem do tempo de serviço dos professores (e, por justo arrastamento, a de outras carreiras “especiais” da administração pública) - a já celebre reivindicação dos 9A, 4M, 2D. E ficou assim porque o PSD e o CDS-PP traíram a classe docente. É verdade que a maior responsabilidade tem de ser atribuída ao governo e, portanto, ao PS - a sua irracional teimosia arrasta até ao absurdo uma questão para a qual os sindicatos têm proposto soluções justas e orçamentalmente adequadas ao aceitarem que os impactos financeiros sejam diluídos ao longo de vários anos, como sucede na Madeira e nos Açores. Mas se a posição dos deputados do PS era esperada – o PS sempre esteve contra a exigência dos professores -, admitia-se que o PSD e o CDS, que se têm desdobrado em discursos de apoio a esta reivindicação, apoiassem as propostas do PCP e/ou do BE que propunham que a AR aprovasse, de forma inequívoca, a recuperação integral desse tempo de serviço. Mas, recorrendo a subterfúgios vários, PSD e CDS-PP votaram contra as propostas dos partidos de esquerda, numa aliança objetiva com o PS contra os professores.

Em boa verdade, tem de dizer-se que esta votação na AR do OE2019, no que a esta matéria diz respeito, não avançou “uma vírgula”. O governo aproveitou rapidamente a oferta da direita: um simulacro de negociação uns dias depois para dizer que nem uma vírgula alterava e sublinhando que, ao derrotar o ponto 2 da proposta do PCP, a A.R. rejeitara o princípio da recuperação integral do tempo de serviço em questão – um raciocínio bastante esdrúxulo...

Apesar desta traição de quem supostamente estava do seu lado, os professores vão continuar a lutar por este objetivo. Porque têm razão! ■

Miguel André

- [4. Editorial. 9ª 4M 2D: Quando as decisões políticas ferem a dignidade profissional dos Docentes](#)
- [5. Dossier: Declaração Universal dos Direitos Humanos](#)
- [6. Os direitos humanos hoje](#)
- [9. E se fosse hoje?](#)
- [11. O direito dos direitos](#)
- [14. Direitos humanos – uma breve história](#)
- [16. Cidadania. Por um novo contrato social](#)
- [18. Reportagem. APEM 2018: as palavras e as músicas: linguagens que se tocam](#)
- [20. O trabalho na Era das Alterações Climáticas](#)
- [25. Escola Professores](#)
- [25. Professores em luta!](#)
- [26. Ensino Superior, Ciência e Inovação: problemas e soluções](#)
- [28. EPC – Negociação do CCT](#)
- [29. Aposentados: 1ª Conferência foi há 25 anos](#)
- [30. O SPGL no 9º Congresso do MURPI](#)
- [31. Colóquios Pares Pedagógicos. Caminhos e trajetórias da Educação em Portugal](#)
- [33. Aos Sócios](#)
- [34. Jornadas Pedagógicas](#)
- [36. O meu livro quer outro livro](#)
- [37. ABC – Exposição de Silva Palmeira](#)
- [38. Consultório Jurídico: Efeitos da avaliação do pessoal docente](#)



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . Chefe de Redação: António Avelãs . Conselho de Redação: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . Redação: Lígia Calapez (Jornalista). Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: Dora Petinha . Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

9A 4M 2D

Quando as decisões políticas ferem a dignidade profissional dos docentes

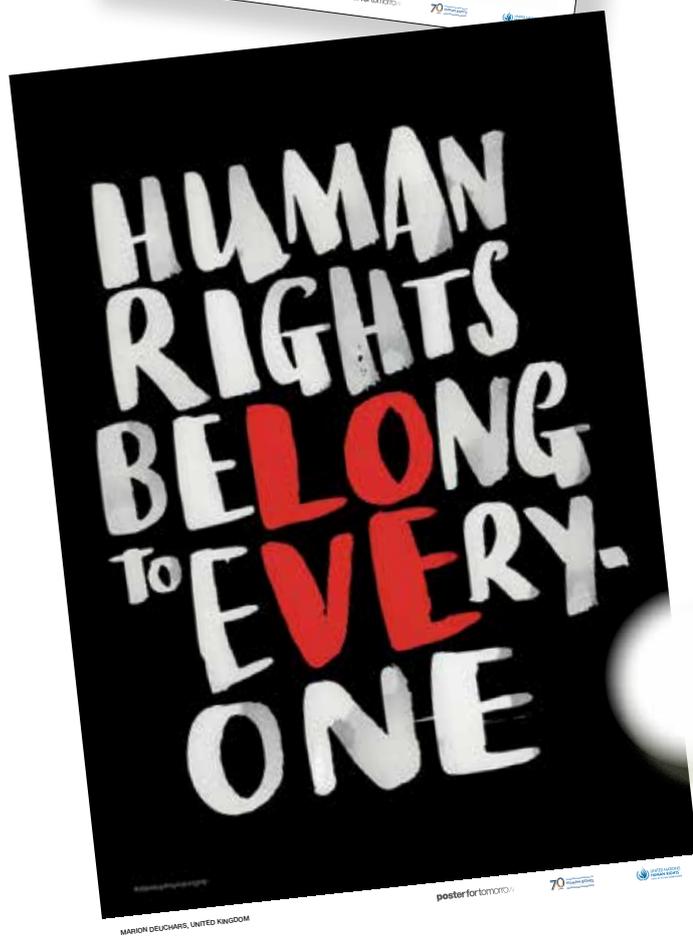
O jogo do gato e do rato entre o Governo e a Assembleia da República, a propósito da recuperação integral do tempo de serviço dos professores e educadores, aponta para um único perdedor: o conjunto de docentes que tiveram nove anos, dez meses e dois dias de árduo trabalho congelado. Tem, porém, dois ganhadores, caso o caminho legislativo que vem sendo trilhado há mais de um ano continue a ser a opção: o Governo, que, atropelando o direito ao respeito pelo trabalho realizado pelos docentes para efeitos de progressão, substituiu o cumprimento do Estatuto de Carreira pela meta do défice zero; e os partidos da direita (PSD e CDS) que fazem de conta que apoiam as justas posições dos docentes, tendo em vista fragilizar o governo, mas que se empenham no plano legislativo para evitar a efetiva recuperação integral do tempo de serviço congelado.

A desfaçatez e hipocrisia dos partidos da direita só encontram paralelo na duplicidade e falta de vergonha do governo do Partido Socialista ao longo deste último ano.

Na verdade, “estampar” no Orçamento para 2019 o mesmo que já tinha sido inscrito no Orçamento para 2018, com os resultados que se conhecem, não é mais do que uma manobra soez que pretende eternizar a ausência de uma solução justa que deveria passar, sem ambiguidades, pela recuperação integral do tempo de serviço congelado deixando, isso sim, o caminho aberto para a negociação do tempo e do modo dessa recuperação.

Falta agora conhecer a posição do Presidente da República relativamente ao decreto-lei do governo que pretende “encerrar a questão” permitindo a recuperação de apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias. Se o promulgar junta-se ao governo em matéria de desprezo pela dignidade do trabalho dos docentes. Se não o promulgar, sem mais, ou seja, após ter promulgado a Lei do Orçamento para 2019 tal como a vai receber da Assembleia da República, dará um sinal coincidente com a estratégia dos partidos de direita.

No fundo, os professores e educadores estão como sempre estiveram. Para fazerem valer os seus direitos têm de se mobilizar, dar força aos seus sindicatos, e acreditarem que, embora a luta que os espera se mostre dura e prolongada, só ela permitirá criar as condições para uma verdadeira negociação que lhes permita recuperar todo o tempo de serviço congelado num tempo adequado e num modo justo. ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº20 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2018

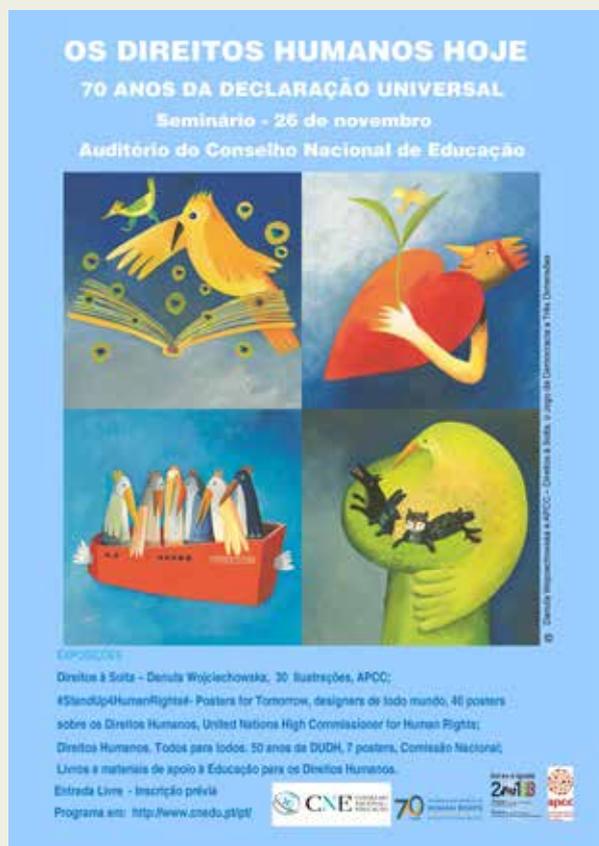
Declaração Universal dos Direitos Humanos

Celebramos, neste Dossier, os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não para relembrar apenas uma efeméride histórica. Muito embora esta represente, como foi referido no Encontro promovido pelo Conselho Nacional de Educação - que constitui o conteúdo fundamental deste Dossier -, uma conquista civilizacional. Mas para salientar o seu caráter sempre inacabado, e nunca irreversível. Para sublinhar que há novos direitos que importa afirmar e defender hoje. E que em tempos tão imprevisíveis e ameaçadores, a defesa e (re) construção dos direitos humanos é mesmo uma “luta de todos os dias”.

“Os Direitos Humanos hoje, 70 anos da declaração Universal”

• Lígia Calapez
Jornalista

“Vivemos um momento paradoxal”, de avanços, mas também de retrocessos inimagináveis. Esta uma ideia de fundo que esteve bem presente no encontro sobre “Os Direitos Humanos hoje, 70 anos da Declaração Universal”, dia 26 de novembro, no auditório do Conselho Nacional de Educação. Que reuniu, quer intervenções que enquadram e sublinham a dinâmica histórica da construção dos Direitos Humanos, quer exemplos concretos da sua promoção, nomeadamente em escolas.



Vivemos um momento paradoxal

Desde 1948 os direitos humanos têm continuado a expandir-se e a aprofundar-se. Toma-se consciência de outras formas de discriminação. Debatem-se e criam-se direitos para responder a novas ameaças, como o direito dos cidadãos ao esquecimento digital ou a sustentabilidade do planeta, começou por sublinhar Emília Brederode Santos, Presidente do CNE. Para alertar, entretanto, que, por outro lado, “constatamos atrasos e retrocessos que julgaríamos inimagináveis, desde aqueles que a chamada crise dos refugiados têm vindo a revelar até àqueles que governos democraticamente

eleitos têm vindo a pôr em causa, como o defender da tortura, discriminação étnica, a própria morte”.

Com estes retrocessos, sublinhou ainda a Presidente do CNE, “tomámos consciência mais nítida da extraordinária conquista civilizacional que foi conseguir uma Declaração **Universal** – em que foi possível **reunir os direitos**, liberdades e garantias civis e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais”.

Estamos assim numa “luta de todos os dias”. Em defesa de uma conquista civilizacional – que tem uma história e uma evolução - hoje em perigo. Não para recuar. Antes pelo contrário. “O que hoje se coloca nas modernas sociedades democráticas – como

sublinharia Fernando Rosas na sua intervenção – é o alargamento da Declaração Universal de Direitos Humanos à salvaguarda de novos direitos – das minorias de género, de etnia, ou de classe, ou os direitos e os deveres que nos coloca o risco da catástrofe climática e ambiental, ou o direito à paz contra o rearmamento e a guerra. E não o sacrifício ou a impunidade da violação dos direitos políticos, sindicais, sociais, educativos – que custaram rios de sangue a conquistar e a consagrar universalmente”.

70 e 40 anos: estamos a comemorar duas datas

Em Portugal estamos a comemorar duas datas, salientou Vital

Moreira, Comissário das comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Comemoramos, como muitos outros países, os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com um alerta: que “a celebração não seja apenas celebratória”. Porque “os direitos humanos não só ainda não são universais, como recentes exemplos mostram que os direitos humanos não são irreversíveis”.

Comemoramos, simultaneamente, uma coisa só nossa – os 40 anos da entrada de Portugal na ordem internacional de direitos humanos – de que estivemos afastados durante os 40 anos da ditadura até à revolução de 1974. O nosso país nem tão pouco assinara as convenções da OIT, de que tinha sido membro fundador. Partindo do zero, em 1974, Portugal foi, entretanto, pioneiro em alguns dos passos a que a revolução de Abril abriu caminho.

Antes do mais, a Constituição da República de 76 “surge sem paralelo na ordem internacional – não só, mas sobretudo em matéria de direitos económicos, sociais e culturais”, como salientou o Comissário das celebrações. Por outro lado – e também nisso fomos pioneiros – “a Constituição da República receciona a Declaração Universal de Direitos Humanos – como parâmetro de integração da própria Constituição”. Portugal vai entrar então a toda a velocidade na ordem internacional de direitos humanos. “Em dois anos assumimos claramente os 3 grandes instrumentos – dois universais e um europeu – da Declaração dos Direitos Humanos. A partir daí ultrapassamos o atraso e passamos para a primeira linha da proteção internacional de direitos humanos”. É “um feito histórico”, realçou Vital Moreira. Nesta dinâmica se insere também o papel (e a aposta na) da educação na promoção dos Direitos Humanos. Uma área em que Portugal, nas palavras de Vital Moreira, tem uma longa tradição (desde o liberalismo). “O primeiro manual de cidadania foi publi-

cado ainda nos anos 30 do século 19. Tornar súbditos em cidadãos foi porventura a maior responsabilidade dos vintistas”.

No quadro do programa das Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em Portugal, é de assinalar um número significativo de projetos e eventos na área escolar e educativa. Destacando-se ainda várias realizações do programa das celebrações [<https://www.comemoracoesdireitoshumanos.gov.pt/programa-das-celebracoes/iniciativas-educativas/>].

Nenhum dos avanços registados deve, entretanto, levar-nos a ignorar as manchas comprometedoras que se mantêm, nomeadamente violência doméstica, situação nas prisões, discriminação étnica. Um exemplo mais de que “os direitos humanos se conquistam todos os dias e não podem ser dados por adquiridos. Estas celebrações devem ser um momento, não apenas para celebrar o que conquistámos, mas para conquistar o que falta conquistar”.

Uma história acidentada

Este um tempo paradoxal e perigoso “em que a luta pela expansão e reconhecimento de novos direitos se faz a par da reemergência de ideologias, movimentos e políticas que põem abertamente em causa o espírito e a letra das conquistas civilizacionais da vitória sobre o nazi-fascismo na 2ª guerra mundial e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que formalizou em norma universal de conduta política e social”.

O ponto de partida da intervenção do historiador Fernando Rosas, da UNI, foi o sublinhar deste alerta. E salientar – porque educar para os direitos humanos é parte inalienável dessa luta – que “em matéria de salvaguarda da democracia, a escola não é neutra. Cabe-lhe até uma dupla pedagogia – a de praticar a democracia no seu próprio funcionamento e a de ensinar, fomentando a capacidade crítica e a livre e informada escolha dos cidadãos e cidadãos do futuro”.

Este o ponto em que estamos agora – entre conquistas e ameaças. E a que se chegou através de uma longa e acidentada história que, no que respeita ao “entendimento moderno de direitos individuais dos cidadãos e das suas liberdades e garantias é fruto, no mundo ocidental, das revoluções burguesas do século 17 em Inglaterra e sobretudo em França, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”.

É a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que proclama os direitos fundamentais do homem livre, igual e fraterno, que se assumirá como uma das principais fontes inspiradoras da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Pesem embora as suas lacunas, que ressaltaram quando da revolução industrial: mesmo os direitos consagrados não eram inteiramente reconhecidos à grande massa trabalhadora rural ou urbana; faltava a qualquer das declarações de direitos os que decorriam das novas realidades sociais (“necessidade de salvaguardar os direitos,



Foto: Sofia Vilariques



liberdades e dignidade da classe operária e do mundo do trabalho e da mulher”); eram ignorados os direitos “dos povos coloniais, sujeitos a novas formas de escravidão e de extermínio, nesta época de corrida aos impérios na África e na Ásia”.

Entretanto, “no rescaldo da derrota da vaga de agitação social e revolucionária que varreu a Europa do pós-guerra [1ª guerra mundial], abre-se um ciclo de reação contrarrevolucionária”. E o fascismo impõe-se, “cavalgando demagogicamente o medo, a raiva, o descontentamento e a insegurança de largos setores da população, dramaticamente atingida pelos efeitos da guerra e para quem o liberalismo oligárquico não tinha resposta”. Um ciclo que desaguou na 2ª guerra mundial.

A vitória da coligação contra o nazismo e o fascismo abriu caminho à criação da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e à aprovação, em 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Aquilo que é radicalmente inovador e moderno na nova Declaração Universal dos Direitos do Homem – considerou Fernando Rosas – “é a detalhada especificação do conteúdo dos direitos, liberdades e garantias individuais. Por exemplo – contra a prisão arbitrária, contra a tortura, contra o exílio forçado, contra a escravidão, em defesa das liberdades fundamentais (...) E, sobretudo,

o alargamento do conceito de direitos fundamentais – além dos direitos individuais e políticos – aos direitos económicos e sociais. O direito ao trabalho com direitos, o salário igual para trabalho igual, remuneração equitativa e justa, liberdade sindical, direito à segurança social, direito à saúde e assistência, à dignidade do nível de vida. E aos direitos à educação e à cultura – agora também eles tomados como direitos humanos universais”.

Hoje, “sobre o rasto de insegurança, de medo e de desilusão que [o neoliberalismo] deixou nas classes médias, na juventude, no mundo do trabalho, cavalga agora de novo a onda do novo populismo xenófobo, racista e antidemocrático da extrema-direita”.

E novamente vemos, como no passado, “os poderes conservadores tradicionais a cair na tentação de incorporar programática e politicamente a extrema-direita, inclusivamente chamando-a ao governo, em vários países europeus, ou apoiando-a no seu assalto ao poder. No Brasil ou nos EUA. Dir-se-ia que se repete como tragédia a rendição do liberalismo que há perto de um século franqueou as portas ao fascismo”.

Face a um processo que põe diretamente em causa o mundo de referências fundamentais que sustenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Fernando Rosas alertou para uma nova batalha civilizacional, destacando três frentes: “a da luta cívica pela democracia política e social; a luta pela memória (que é absolutamente central nesta conjuntura, porque sem memória não há democracia); e a luta da escola pública, pelo ensino e a educação para a cidadania”.

Todos iguais, todos diferentes

Direito à vida, direito à liberdade, direito à igualdade – insere-se numa “luta sem fim”. A palavra de ordem *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, mais não é que “declinações desta mesma luta pela existência, pela existência

livre e pela existência igual”, considerou José António Pinto Ribeiro, do *Fórum Justiça e Liberdade*, numa intervenção em que foi dado particular realce às diferenças.

“Não somos iguais, somos todos diferentes, a começar pelos homens e mulheres”, afirmou. “Aquilo que se coloca é um problema de determinar quais são as diferenças que são relevantes, para que tratamento diferenciado. E quais as que não podem nem devem ser relevantes. São estas diferenças que levam à ideia – todos diferentes, todos iguais”, frisou Pinto Ribeiro. E defendeu que “todas as formas, assentes em diferenças, que conduzam à perda de igualdade, de liberdade ou de vida – são discriminação”.

“Aquilo que é a filigrana da nossa história, do nosso tempo, é a luta para que estas diferenças – que têm consequências na liberdade, na igualdade e na vida – não existam. Não sejam juridicamente relevantes”. E lembrou critérios totalmente inventados, como as diferenças de aparência (que não de essência), por exemplo entre pele branca e pele preta. “As diferenças raciais não existem. Trata-se de uma construção cultural e ideológica que permite discriminar negativamente”.

Sublinhando as necessárias mudanças que a Declaração Universal vai registando, por força da própria evolução das realidades, o orador considerou: “Temos de perceber pelo que é que lutamos quando lutamos. Temos de ter a noção de se estamos a defender os direitos fundamentais – não apenas do homem, mas também da mulher, mas também das crianças, mas também dos velhos, mas também dos que trabalham ou não trabalham, doentes e não doentes, e de todos esses que são diferentes.”

E concluiu: “É preciso rapidamente acabar com os efeitos dessa discriminação, com o tratamento discriminante das diferenças que não são diferenças relevantes, para que o mundo seja um mundo diferente e um mundo melhor”. ■

E se fosse hoje?

• **Lígia Calapez**
Jornalista

E se fosse hoje? Que direitos escolheríamos? Um desafio que envolve, simultaneamente, a ideia de que os direitos não são conquistados para sempre, mas também a de que há novos desafios, novas realidades - como foi sublinhado por Pedro Calado, do CNE, na apresentação do painel. Que lembrou, ainda, que nunca vivemos processos lineares. 1948, o ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é também aquele em que se instalou o apartheid na África do Sul e o mesmo em que foi possível tirar uma fotografia global ao nosso planeta visto do espaço, recordando-nos “valores que hoje em dia são subestimados – como o direito à privacidade, o direito à identidade”.

Este o “pontapé de saída” – em conjunto com a visualização do filme “Bailado do batráquio” de Leonor Teles⁽¹⁾ – para uma plêiada de apresentações. Em que, por um lado se falou dos condicionamentos, ambiguidades, discriminações e até ameaças relativamente a direitos básicos da infância e com base na idade e, por outro, da necessidade de renovar e reformular o direito à informação e ao conhecimento. E, ainda, de como o papel da arte, o aprender a olhar, pode ser um instrumento que contribui para responder a essa premente necessidade.

Discriminações e paradoxos – Entre o envelhecimento e a infância

“Para mim é assustador termos chegado ao ponto de ter de desenvolver projetos de intergeracionalidade para aproximar as pessoas”, disse *Luísa Pinheiro*, Presidente da associação Cabelos Brancos. Porque há uma segregação, sublinhou, “à medida que vamos envelhecendo vamos ficando mais invisíveis”. Esta segregação – o **idadismo**, **discriminação com base na idade** – está presente antes do mais no mercado de trabalho (onde

Direitos Humanos Hoje - 70 anos da Declaração Universal
Painel 1: E se fosse hoje? Que direitos escolheríamos?
Conselho Nacional de Educação Lisboa, 26 de novembro 2018

Artº. 1 “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.” (DUDH, 1948)

Adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948 assinala o nascimento do movimento moderno dos **Direitos Humanos**.

PERTENÇA	INALIENÁVEIS	INDIVISÍVEIS	INTERDEPENDENTES
----------	--------------	--------------	------------------

A proteção é um valor fundamental na interação social, indissociável de noções de liberdade, justiça e segurança

dissonância entre
“law-in-books” e “law-in-action”
(Ssousa Santos, 1986: 180)

“Sou portuguesa, já está! Sou portuguesa como todos os portugueses! É isso, é isso... sou ‘castanha’ mas portuguesa!...” [rapariga10, 9 anos, 4º ano, Bairro Rosa] [Carvalho, 2010]

Maria João Leote de Carvalho, YOB&JUST (PCT/SFRH/BPD/116119/2016), Portugal, 2018

a idade limite é em geral aos 35 anos e, por outro lado, aos jovens é exigida experiência). Mas também um pouco por todo o lado – “da cosmética à saúde, na comunicação social – onde se perpetuam estereótipos ou criam novos estereótipos –, nos serviços de apoio, literatura, cinema, teatro. Ou no abandono das pessoas idosas comum nas famílias, o considerar como normal a negligência no cuidar, a falta de investimento para a aprendizagem ao longo da vida”. Ignora-se que o envelhecimento – uma condição humana universal – “vai muito além da questão biológica. É um processo biológico, social, cultural”. E que “o idadismo

afeta a saúde e o bem-estar”. Para *Luísa Pinheiro*, “a Declaração Universal dos Direitos Humanos (tal como muitos outros documentos) tem este lapso – não considera o fator de idade como um fator de discriminação”. Assim o envelhecimento na lógica dos direitos humanos pode surgir como um novo alargamento e especificação desses direitos. Nesse sentido a dirigente da associação Cabelos Brancos valorizou uma campanha da Comissão Europeia, em curso, pela igualdade de oportunidades, que assume que “não existe uma idade limite para os direitos humanos”, defendendo o princípio de “envelhecer com igualdade de oportunidades”.

Na outra ponta do espectro de idades da vida, **também nos mundos sociais da infância se vivem paradoxos e tensões.**

Uma reflexão sobre este tema foi a base da intervenção de *Maria João Leote*, da CICS Nova – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, que começou por destacar que “os direitos humanos são pertença de todas as pessoas” e “inalienáveis, indivisíveis e interdependentes”.

Como questão básica dos direitos humanos – e elemento fulcral da sua intervenção – a oradora sublinhou que “temos que viver num contexto em que haja liberdade, justiça e segurança, porque estes pilares são indivisíveis”.

Princípios que M^a João Leote considerou devem “constituir objeto de particular atenção em função das mudanças sociais e dinâmicas políticas emergentes no quadro de uma nova (des)ordem global de justiça assente numa **deriva securitária** que a todos afeta, muito em particular na infância e juventude”.

São múltiplas as questões que se colocam. Como é que o Estado



Foto: Sofia Villariques

que controla os indivíduos garante, ao mesmo tempo, as liberdades individuais de cada um? Nas sociedades ocidentais “à diluição e enfraquecimento dos mecanismos de controlo social informal contrapõe-se o aumento das expectativas sobre a ação dos sistemas de controlo social formal” – com que consequências? E que dizer da situação das crianças – cuja proteção e desenvolvimento estão consagrados como uma exigência de cidadania – nos atuais fluxos migratórios (desde 2018,

198.500 crianças não acompanhadas entraram na Europa)?

Um conjunto de questões a que acrescem ainda “novas ameaças globais, como a radicalização de crianças e jovens em contextos marcados pelo combate ao terrorismo”. E que obrigam “a uma melhor compreensão sobre as profundas mudanças sociais que acarretam novas (e velhas) exigências aos indivíduos e ao Estado”.

Da importância do olhar ao direito à informação e ao conhecimento

“Quando olho para o mundo, aquilo que vejo é que há desigualdades à nascença que depois são muito difíceis de ser ultrapassadas. E talvez o melhor instrumento que nós tenhamos à nossa disposição para as combater seja a educação”, começou por afirmar *Filipa Reis*, produtora cinematográfica.

Instrumento que, na sua área de trabalho, se traduz sobretudo na **educação do olhar**. “Para mim a grande questão é – como é que

nós olhamos o outro. A importância de nos colocarmos ao lado do outro. De termos um processo de partilha. Mas ao mesmo tempo também, quando estamos a escolher os temas que vamos tratar, como é que nos afastamos e como é que olhamos de fora. Porque no nosso dia-a-dia é muito difícil não termos um olhar viciado”.

O que implica também a valorização da arte. “É através de um processo artístico, da arte, que tento defender os direitos humanos. Penso que a arte tem esta capacidade de alterar a perspetiva com que nós olhamos para as coisas. A arte altera o olhar. Não só olhar do artista como o olhar de quem olha aquilo que nós fazemos”.

Esta educação do olhar é tanto

mais importante quanto o **direito à informação** parece estar hoje novamente em causa, como sublinhou *Paulo Guinote*, na sua intervenção.

Assim, “após um período de escolarização das populações e de se ter considerado que a parte mais problemática em torno do conhecimento e da informação estariam ultrapassadas, assiste-se a um forte refluxo marcado, não pela limitação do acesso à informação – agora é o informar mal e deturpado”.

Neste quadro, “o que mais falta é significado – ou seja – um contexto em que os utilizadores [da web] possam colocar os factos e assim distinguirem a verdade da falsidade”. Talvez também o saber olhar. O que se passa atualmente – com os enormes riscos e ameaças que comporta – é que “cidadãos que são ignorantes, por não conseguirem lidar com toda essa massa de dados, são vulneráveis aos discursos que promovem o medo”. E os populismos, “na sua variante demagógica e falsificadora, crescem em ambientes em que o aumento do acesso à informação veio a par do crescimento exponencial de uma iliteracia ou ignorância funcional em que a corrente informativa aumenta a insegurança e o medo”.

O conhecimento apresenta-se “como sendo uma série de factos e não como sendo conhecimento estruturado”. A relativização do conhecimento torna tudo equivalente – o criacionismo seria uma teoria tão válida como a teoria da evolução.

Neste contexto, ficamos reféns da autoridade e da hierarquia. “O discurso de “*um bem maior*” atrai e convence uma proporção da população muito mais elevada do que seria razoável em sociedades que se dizem altamente escolarizadas”.

A concluir, Paulo Guinote defendeu que o “direito à informação, ao conhecimento – é um direito que parece ter que ser renovado, reformulado”.

⁽¹⁾ *Balada do batráquio* - <https://www.youtube.com/watch?v=7nldwYnfosc>

O direito dos direitos

• **Sofia Vilarigues**

Jornalista

O painel Educar Hoje para os Direitos de Amanhã contou com ricas intervenções sobre os direitos humanos e a cidadania nas escolas e na TV.



Foto: Sofia Vilarigues

“**P**enso que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é muito clara em entender que a educação é a grande alavanca, o grande meio que permite a execução de todos os outros direitos. Quase como que a educação é o direito dos direitos, é o que permite chegar aos outros direitos”. Assim abriu David Rodrigues do CNE o painel Educar Hoje para os Direitos de Amanhã.

Lembrando que “recentemente a UNESCO publicou uma declaração sobre inclusão em que dizia que a inclusão pretende anular a exclusão e também a exclusão que é provocada pela educação”, afirmou que “isto chama-nos a atenção para que a educação é qualquer coisa que precisamos de repensar, a educação não é inequivocamente favorável aos direitos humanos”.

Quatro problemas podem constituir um obstáculo a que educação se torne alavanca para direitos humanos, sistematizou. A preocupação com o presentismo - “o presentismo é estarmos exclusivamente preocupados com o

que se passa agora sem termos a preocupação de contextualizar”. Uma educação unidimensional. Uma certa apologia da ignorância na educação, “no sentido que de o que é importante é a nossa opinião, não interessa qual é a fundamentação dela”. E, por fim, “esta ideia de que podemos ter uma educação que pode ser isolada, que pode ser asséptica, em vez de pensarmos numa educação de relação, uma educação inclusiva”. Concluiu afirmando “temos de pensar nos direitos de amanhã” e referindo a declaração de Monterrey, de 2007, que aborda os direitos humanos emergentes.

O que São Direitos Humanos

António Castel-Branco, diretor do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro em Sintra (<http://www.efcastro.pt/>), fez uma comunicação sobre os direitos humanos no agrupamento de escolas Ferreira de Castro.

Destacou o artigo 26 da DUDH, referindo que “a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberda-

des fundamentais”.

“É isto que nós queremos fazer”, afirmou. Como? “Garantindo o sucesso e a autonomia dos alunos”. Através, elencou, de diferenciação pedagógica, abordagem transdisciplinar, trabalho colaborativo, articulação horizontal e vertical do currículo, práticas de supervisão, inovação sistémica, organizativa e pedagógica.

Os direitos humanos “são trabalhados quer no currículo das disciplinas, nomeadamente nas disciplinas das áreas de ciências sociais e humanas e na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento”, quer “em várias as atividades complementares que o agrupamento oferece”.

Decorreram, assim, várias atividades dinamizadas pela biblioteca escolar. Formação para todo o 5º ano sobre Não Violência, para todo o 7º sobre *Bullying*, formação sobre Internet Segura, sobre *Fake News*, atividades sobre Igualdade de Género, sobre o Holocausto, atividades sobre a Liberdade de Imprensa, sobre a Democracia, sobre os Prémio Nobel da Paz, sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem e sobre a Escravatura.

Foto: Sofia Vilarigues

No âmbito da Cidadania e Desenvolvimento há também muitas atividades desenvolvidas. Partilha de opiniões a partir do visionamento de um pequeno filme sobre a generosidade e solidariedade de um cidadão que desperta questões como “como posso praticar a cidadania? Que benefícios terei se der atenção e ajudar seres humanos, animais e plantas?” Visualização de filmes e debate sobre educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Atividades de desenvolvimento de competências sociais, com jogo, debate. Elaboração de uma carta relativa a situações identificadas pelos alunos no recinto da escola para fazê-los dirigirem-se a várias entidades. Sobre igualdade de género, com debate e filme. *Graffiti*. Exploração de vários trabalhos sobre interculturalidade, Direitos das Crianças. E assembleias de turma com os alunos mais velhos a orientarem os mais novos.

António Castel-Branco destacou essencialmente duas atividades. Uma atividade O que São Direitos Humanos, “com levantamento das ideias dos alunos, ou seja, em vez de elencar os direitos humanos, serem a eles a dizerem o que é que acham que devem ser os direitos humanos e depois confrontá-los com a Declaração Universal”. Com visionamento e comentário de vídeos sobre a Declaração Universal e entrevistas a elementos da comunidade. Outra, de há 4 anos para cá, “a Mostra de Filme Solidário, em que são mostrados vários filmes curtos versando todos os assuntos, direitos humanos, aquecimento global, tudo aquilo que neste momento nos preocupa, a igualdade de género, violência no namoro, assédio sexual, todos esses temas, são mostrados numa hora e debatidos depois”.

Eu Tenho Direitos

Catarina Marcelino Gomes, do Ius Gentium Conimbrigae / Centro de Direitos Humanos sediado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que atualmente co-coordena o desenvolvimento em Portugal do projeto europeu I

Have Rights, fez uma apresentação sobre “Projeto Eu Tenho Direitos / I Have Rights – Partilha de uma Experiência”

“Este projeto nasce com as questões relativas às políticas de migração”, revelou. Terminou em agosto, teve a duração de 2 anos. Contou como parceiros com a RenaSup, que é uma rede de escolas em França, com a Universidade de Siena em Itália, que é a coordenadora científica do projeto, a Pixel em Itália, a Inforef na Bélgica, a Universidade de Thessaloniki na Grécia, a Universidade de Klaipėda na Lituânia e o Centro de Direitos Humanos responsável por levar a cabo o projeto em Portugal. Foi financiado pelo Programa Erasmus+. Tem um *site* próprio (<https://ihaverights.pixel-online.org/>). Tem também uma página no Facebook.

Foram escolhidas 5 escolas, todas no concelho de Coimbra, por questões logísticas. Em Portugal foram envolvidos 5 professores por cada escola. No total dos países parceiros o projeto alcançou 30 escolas, 25 professores por cada parceiro, 3 mil estudantes.

Foi feita uma análise do entendimento que os alunos e professores do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário possuem sobre assuntos de direitos humanos e sobre as questões da interculturalidade. Recolheram-se os casos práticos e as boas práticas relativamente a questões interculturais, integração, não-discriminação e direitos humanos nas escolas, agora já no *site*. Foi desenvolvido, em parceria com todos os parceiros e trabalho com estes professores, um guia para professores sobre educação inclusiva, que está disponível no *site*. Ultimou-se recentemente uma publicação sobre integração dos alunos migrantes nas escolas e sobre direitos humanos, que também é possível consultar.

Catarina Gomes referiu que existe, desde 2011, uma Declaração das Nações Unidas sobre Educação e Formação em Direitos Humanos. E concluiu: “Eu costumo começar as minhas sessões, com o que aprendi com a jovem Anne Frank. Ela dizia que todos temos

direito à bondade. É por aí que começamos quando trabalhamos com jovens, e com adultos também, estas questões dos direitos humanos”.

“A paleta do mundo”

“O título da minha comunicação ‘Qual a cor da Liberdade?’ é o lema do Plano Anual de Atividades da escola secundária de Camões para o ano letivo 18-19”, abriu João Jaime Pires, diretor da Escola Secundária Camões (<https://liceucamoes.wixsite.com/camoes>), a sua intervenção. “E não o é por acaso”, prosseguiu, “é-o, porque é um verso de um poema de Jorge de Sena, poeta, crítico, ensaísta, ficcionista, dramaturgo, tradutor e professor universitário português que concluiu os estudos secundários no Liceu Camões. Este lema surge, porque, em 2019 se comemora o centenário do seu nascimento, pelo que achamos justo fazer esta homenagem a Jorge de Sena, que nas décadas de 40 e 50 foi atormentado pelo Portugal de Salazar e pela mediocridade e mesquinhez dos meios literários”. “‘A cor da liberdade’ porque é também um livro de memórias de Nelson Mandela e que é o resultado da presidência de Mandela na criação de uma nova democracia”. O lema serviu de pretexto, a João Jaime Pires, para a reflexão que apresentou.

Sobre os direitos humanos na atualidade afirmou que “uma declaração universal dos direitos humanos só tem sentido com a alteração do sistema político e económico, uma alteração das estruturas que o sustentam”.

Sobre que experiências de aprendizagem a escola atual proporciona na abordagem dos Direitos Humanos, considerou que não podemos falar de direitos humanos sem falarmos de cidadania.

Fundamentando-se no pensamento da Professora Maria do Céu Roldão, elencou que “à cidadania está associada a noção de pertencer”, “a segunda vertente é a do compreender”, e “a última vertente diz respeito ao agir”, entende-se por cidadão alguém que é atuante

no mundo.

“Como se relaciona isto com a escola?”, questionou. “A escola é um dos lugares sociais privilegiados para gerar (ou não gerar) pertença”, considerou. Por outro lado, “a aprendizagem escolar deve ter como primeira prioridade promover nos cidadãos, a inteligência, a compreensão do mundo que o rodeia”. Por fim, “a escola tem uma enorme atuação no campo da cidadania uma vez que as suas práticas - democráticas, autocráticas, impositivas - e os modos como os atores se relacionam, passam modos de estar na vida, regras de conduta, estilos de relação, valores de respeito ou de negligência face ao outro”.

A preocupação com a cidadania “tem assumido na história do currículo, vários modos de se organizar”, avaliou. Um foi “o normativo – com a introdução de áreas curriculares, como a Educação Cívica nos programas da 1ª República, em que a preocupação da escola era iniciar as pessoas num certo conceito de cidadania”. Atualmente, outras formas de incorporar a preocupação com a cidadania no currículo “caracterizaram-se por adicionar ao currículo existente, áreas particularmente vocacionadas para trabalhar esta dimensão - a lógica aditiva. Outro tipo de possibilidade é a das áreas integradoras. Basta pensarmos na Área-Escola, a Área de Projeto, a Formação Cívica...”. “Um último modo é o vivencial”, que se traduz “na construção de um clima democrático na escola, de um clima colaborativo nas relações e nas próprias práticas de ensino, significa que todas as áreas de aprendizagem que a escola oferece devem contribuir para aquilo que é necessário ao cidadão na sociedade”.

Considerando a perspetiva vivencial questionou: “Tivemos um modelo de gestão democrática com o Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, passados dez anos, foi introduzido o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Passados mais 10 anos, não estará na altura de rever o modo como a escola está organizada?”.

Sobre a Escola Secundária Ca-

mões, considerou que temos “sempre como horizonte o sucesso escolar desejado pelos jovens mas também a sua capacidade de intervenção social, como cidadãos autónomos, críticos e responsáveis, preparados para enfrentar os desafios que o amanhã necessariamente lhes trará”.

“Qual é a cor da liberdade? Para nós é a paleta do mundo...”, concluiu.

Celebrar

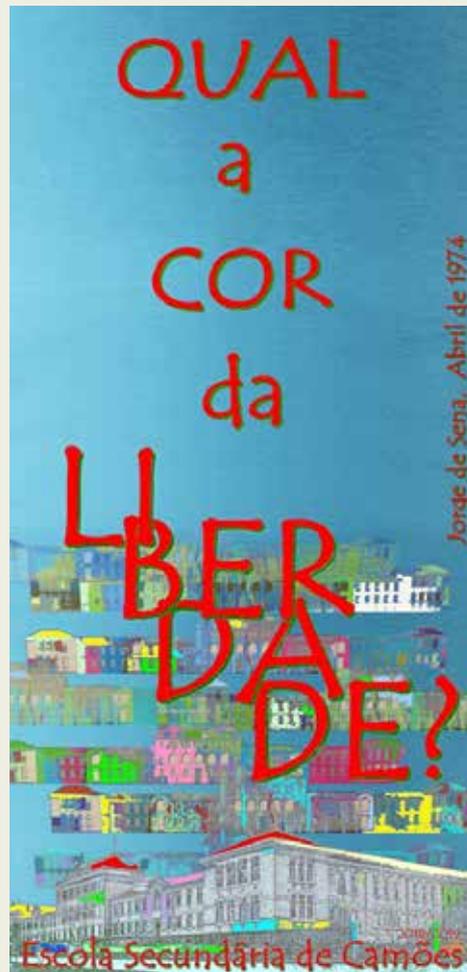
Teresa Paixão, diretora da RTP 2, fez uma apresentação centrada na ideia de “celebrar”.

“Foquei-me na palavra celebração uma vez que sei o quanto é difícil fazer com que as pessoas tenham direitos, e o quanto é fácil tirar-lhos, pelo que é preciso brindar à sua aquisição e normalização”, afirmou.

“A televisão é um meio muito propício a celebrações”, considerou, “pelo que foi com bastante entusiasmo que foram exibidos na RTP 2, desde 2014, os concertos ‘Human Rights Celebrations’ a partir da magnífica sala dos Direitos Humanos, no edifício da sede europeia da ONU em Genebra”.

“Ao rever agora o concerto fiquei incomodada com o entusiasmo posto nesta transmissão, o que se passava naquela sala maravilhosa pareceu-me uma celebração totalmente frívola snob e elitista”, confidenciou.

Procurando nas grelhas da RTP 2 programas que promovessem e aplicassem os direitos humanos, encontrou “muitos em forma de ficção”, “os debates sobre vários temas como o direito a uma vida e uma morte digna e muitos outros”. “Em todos estes projetos os direitos estão lá, implicitamente, mas estão lá, e as séries estão feitas para que o espetador torça pelo sucesso dos vulneráveis, dos que se viram despojados dos seus direitos, dando uma mensagem que legitima a justiça e liberdade”, considerou.



“Exibir biografias de pessoas que lutaram pela liberdade e pelos direitos ou programas sobre acontecimentos da história em que os direitos estiveram em perigo é também uma forma de passar a mensagem de que há direitos fundamentais e há pessoas que têm a coragem de os defender, mas que também têm inimigos e, por isso, é preciso estar sempre alerta”, afirmou.

“Depois destas pesquisas e reflexões reconciliei-me com a ideia de celebração”, concluiu. “O ato de criar livremente é dos mais atacados quando as ditaduras se instalam. Celebrar é uma forma de mostrar que se está alerta. É homenagear os que estiveram sempre do lado dos direitos e dos que não os têm. E nada nos impede de ler, na celebração, de fio a pavio a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não há nada mais fácil nem mais barato em televisão do que fazer isso. Só é preciso arranjar quem tenha boa voz, leia bem e acredite verdadeiramente nos direitos de todos. É isso que vamos passar a fazer, para celebrar!” ■

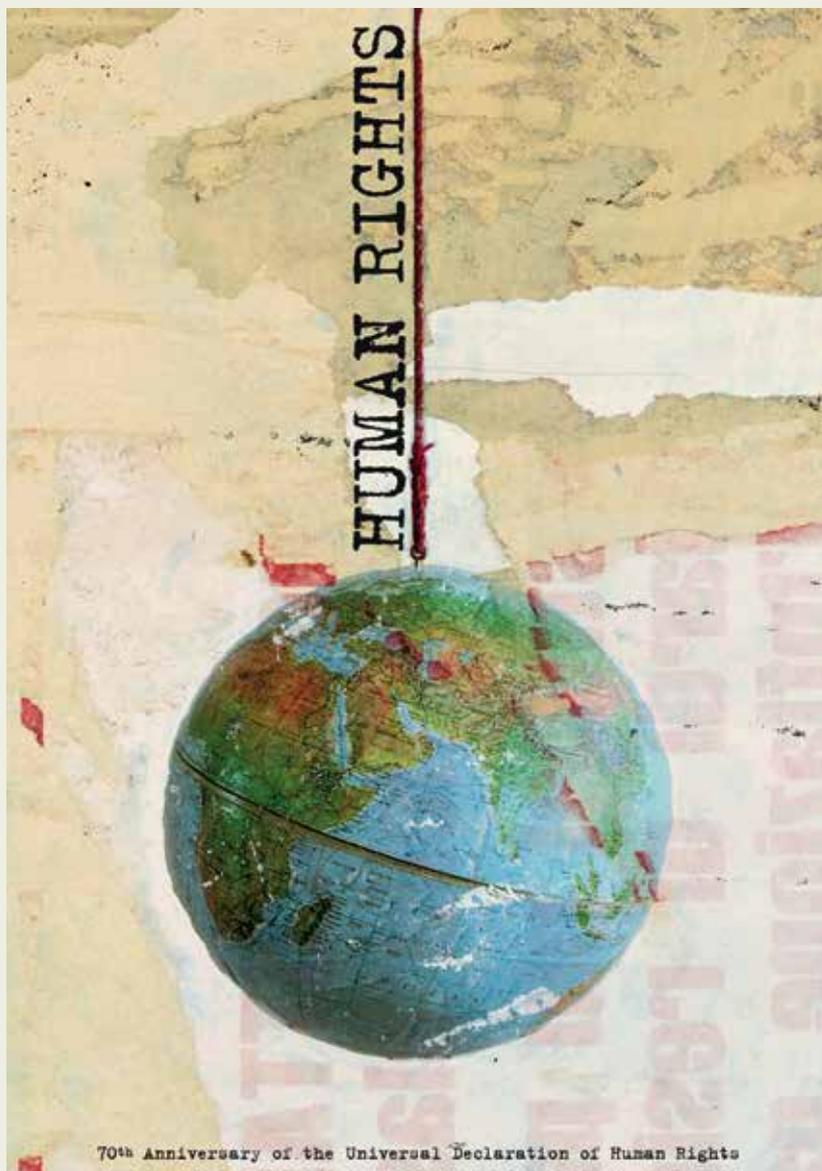
Direitos humanos: uma breve história

• Amnistia Internacional

A crença de que toda a gente, em virtude da sua humanidade, tem direitos é relativamente recente. No entanto, as suas raízes encontram-se em tradições e documentos antigos de muitas culturas. Foi necessário o catalisador da Segunda Guerra Mundial para colocar os direitos humanos na ribalta e na consciência global.

Ao longo da História, as pessoas adquiriram direitos e responsabilidades através da sua qualidade de membros de um grupo – família, religião, estrato social, comunidade ou cargo. Da história antiga há a registar **três momentos marcantes**:

O **Código de Hamurabi** (+/-1700 AC, Mesopotâmia) foi o primeiro código legal escrito, estabelecido pelo rei da Babilónia, substituindo a tradição oral em que as leis eram transmitidas de geração em geração ou de forma consuetudinária. Nos seus princípios, que regulam as relações de trabalho, família, propriedade e escravatura já se denotam preocupações com os direitos humanos, estabelecendo por exemplo o direito à remuneração através da regulação de determinadas profissões, a atribuição de apoios/indemnizações a pessoas com necessidades específicas e a diferenciação de classes no pagamento de serviços. No entanto é



GITTE KATH, DENMARK

posterfortomorrow

70th ANNIVERSARY OF THE UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS

UNIVERSAL DECLARATION OF HUMAN RIGHTS

fortemente marcado pela Lei de Talião na aplicação das penas, estabelecendo a equivalência da punição em relação ao crime – Olho por olho, dente por dente.

No **Cilindro de Ciro** (539 AC, Babilónia), considerado a primeira declaração de direitos humanos, ficaram registados os direitos concedidos por Ciro, O Grande, o primeiro rei da antiga Pérsia, que libertou os escravos, declarou que todas as pessoas tinham o direito de escolher a sua própria religião e estabeleceu a igualdade racial.

A **Lei das XII Tábuas** (450 AC, Roma) foi um importante documento não apenas da História de Roma, mas para a posteridade. A sua importante contribuição para os direitos humanos prende-se com dois fatores: o estabelecimento do princípio da igualdade perante a lei e o princípio da informação permitindo que todos pudessem ler e conhecer as leis, contrariando as práticas segundo as quais estas eram guardadas em segredo, surpreendendo frequentemente os plebeus com a sua exe-

cução.

Durante os séculos seguintes muitos outros momentos foram decisivos para a proteção dos direitos humanos. Documentos reivindicativos de direitos individuais, são os precursores escritos de muitos dos documentos de direitos humanos de hoje em dia.

A *Magna Carta* (1215), limitou o exercício do poder absoluto pelos monarcas, garantindo o direito de propriedade de todos os cidadãos livres, a proteção de impostos excessivos e o estabelecimento do princípio da igualdade perante a lei; a *Declaração de Direitos (Bill of Rights)* inglesa (1689), reforçou o poder do Parlamento, garantindo a sua liberdade de expressão e o direito a eleições livres, garantindo assim a participação popular, por meio de representantes parlamentares, na vida política; a *Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão* francesa (1789) documento culminante da Revolução Francesa, define os direitos individuais e coletivos dos homens, pela primeira vez, como universais: válidos e exigíveis em qualquer tempo e em qualquer lugar, pois pertencem à própria natureza humana; e a *Constituição* e a *Declaração de Direitos (Bill of Rights)* americanas (1791) a mais antiga constituição nacional escrita que está em uso, define os órgãos principais de governo e suas jurisdições e os direitos básicos dos cidadãos. As dez primeiras emendas da Constituição, que constituem a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), limitaram os poderes do governo federal dos Estados Unidos e protegeram os direitos de todos os cidadãos, residentes e visitantes no território americano.

No entanto, muitos destes documentos, quando levados à prática, excluía as mulheres, os negros e os membros de determinados grupos sociais, religiosos, económicos e políticos.

A ideia, revolucionária, de que todas as pessoas têm direitos humanos independentemente da sua nacionalidade, género, origem étnica, cor, religião, língua ou outro estatuto, foi alcançada com a ela-

boração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) de 1948, um documento que apresenta uma grandiosa visão dos então Estados-membros da ONU, que se uniram num esforço concertado para protegerem e reconstruírem um mundo devastado pela Segunda Guerra Mundial.

A criação das *Nações Unidas*, em 1945, um pilar na observância do respeito pelos direitos humanos, teve como principal objetivo apoiar a paz internacional e evitar a guerra. Os ideais da organização foram declarados no preâmbulo da sua carta: “*Nós os povos das Nações Unidas estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade*”.

Os direitos humanos estiveram assim na base da criação da ONU e a elaboração de instrumentos de direitos humanos e a sua promoção e proteção foram uma das suas primeiras tarefas.

A DUDH foi o primeiro documento elaborado pela Comissão de Direitos Humanos, órgão criado em 1946, e ainda hoje representa a aspiração por “*uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações*”.

Os **30 artigos da Declaração** formam, no seu conjunto, uma lista abrangente que compreende direitos económicos, sociais, culturais, políticos e civis. O documento consagra que os direitos humanos são universais (aplicam-se a todas as pessoas em todo o lado), indivisíveis (todos os direitos são igualmente importantes para a plena realização do ser humano); inerentes (temos direitos pelo simples facto de sermos humanos) e inalienáveis (não se podem retirar estes direitos, tal como não se pode deixar de ser um ser humano).

Apesar de ser uma declaração e como tal não ter força jurídica, os seus princípios estão incorporados nas legislações nacionais - mais de 90 Estados integraram a sua linguagem e princípios nas Constituições - assim como em importantes tratados. O Pacto Interna-

cional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos adotados em 1966 são, juntamente com a Declaração, conhecidos como a **Carta Internacional dos Direitos Humanos**.

Para além dos pactos da Carta Internacional de Direitos Humanos, as Nações Unidas adotaram outros tratados relativos a direitos humanos. Estes incluem convénios para prevenir e proibir abusos específicos como a tortura (Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos e Degradantes, 1984), a discriminação racial (Convenção Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, 1965) e para proteger populações especialmente vulneráveis, como os refugiados (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1950), as mulheres (Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, 1979) e as crianças (Convenção Sobre os Direitos da Criança, 1989).

Este ano assinalam-se os 70 anos da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em **Portugal** associam-se a esta efeméride as comemorações dos 40 anos da adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos (9 de novembro de 1978) e da ratificação (15 junho de 1978) dos pactos que formam a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Como disse Noberto Bobbio, filósofo, político e historiador do pensamento político “*Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.*”

A história e evolução dos direitos humanos assim o têm demonstrado. E o estado atual de atropelos aos direitos humanos no mundo, reflete a necessidade de continuar a lutar pela sua concretização, mesmo quando pensamos que estão garantidos. ■



Por um novo contrato social

Joaquim Jorge Veiguinha

O contrato social que vigorou nos 30 anos posteriores à Segunda Guerra Mundial atribuiu ao Estado funções redistributivas tanto no plano fiscal como no plano das políticas sociais: impostos progressivos, garantia do direito social à educação e à saúde, estabilidade relativa de emprego e contratos coletivos de trabalho negociados com os sindicatos. No âmbito económico, em alguns países de que se destacou a Grã-Bretanha, registou-se uma vaga de nacionalizações que abrangeu os serviços de distribuição de água e energia, as minas de carvão, a siderurgia, os caminhos-de-ferro que se estenderam posteriormente à França e à Itália, enquanto na Alemanha o consenso entre Partido Social-Democrata Alemão (SPD) e a Democracia Cristã (CDU) esteve na origem da formação da economia social de mercado. Em contrapartida, os empregadores mantiveram a garantia do controlo das empresas e da organização de trabalho e de que o aumento da produtividade se mantinha acima do aumento dos salários.

Este contexto começou a mudar radicalmente a partir dos anos 80 do século passado. Antes de tudo a contra-revolução conservadora preconizada na Europa pela ministra Margaret Thatcher e nos EUA pelo Presidente Ronald Reagan iniciou, no velho continente, e em primeiro lugar na Grã-Bretanha, uma política de privatizações das empresas públicas que se generalizou e foi assinalada no plano ideológico pelo desenvolvimento do neoliberalismo que combinou o ultraliberalismo económico com a defesa de regimes autoritários que pudessem aplicar os seus programas de destruição do Estado social, conduzindo ao triunfo do mercado desregulado. Um dos seus expoentes ideológicos, o austríaco Friedrich von Hayek, prémio Nobel da Economia em 1974, afirmava com total desfaçatez numa carta ao jornal britânico *The Times*, em 1978, esta defesa da ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile, responsável pela prisão de oitenta mil pessoas, a tortura de trinta mil e o assassinio, de acordo com fontes oficiais, de três mil, número que peca certamente por defeito: “Eu não fui capaz de encontrar uma única pessoa, mesmo

no tão caluniado Chile que não concordou que a liberdade pessoal era muito maior sob Pinochet que sob Allende”, no que foi seguido pelo seu comparsa ideológico, o norte-americano Milton Friedman, também prémio Nobel da Economia dois anos depois. Eis o neoliberalismo no máximo do seu esplendor!

A revolução digital e a fragmentação da comunidade de trabalho

Outro fenómeno importante foi o que alguns chamam revolução demográfica que pôs em causa na Europa ocidental o ‘baby boom’ do período posterior à Segunda Guerra Mundial e desencadeou um processo de envelhecimento da população europeia que iniciou uma crise dos sistemas de aposentação baseados na solidariedade entre as gerações e no sistema de repartição financiado pelos trabalhadores e pelas entidades patronais. Segue-se a revolução digital na década de 90 do século passado e que se acelerou no novo milénio, que teve três consequências: a fragmentação da comunidade de trabalho com o desmantelamento



ou pelo menos a reestruturação profunda das grandes concentrações operárias e a formação de polos tecnológicos ligados em rede; a crise do modelo taylorista-fordista centrado na passividade relativa do trabalhador na cadeia de montagem e a sua substituição por um modelo que acentua a sua responsabilização num contexto de controlo do processo de trabalho no interior da empresa pelas entidades patronais e seus representantes; a expansão de formas precárias de trabalho através de contratos temporários e outras formas atípicas de contratação num ambiente de individualização das relações laborais em que pontificam os *free lancers* e a flexibilidade incontrolada dos horários de trabalho.

Que fazer?

Perante estas condições, torna-se necessário propor um novo contrato social. No entanto, como destaca Vincenzo Colla, um dos candidatos a secretário-geral da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), não se pode renunciar neste novo contrato ao compromisso social do Estado de bem-estar: “redução das desigualdades e redistribuição”

(*L'Espresso*, nº 42, 14. 10, 18, p. 42). Entretanto, deve-se ir mais longe. Antes de tudo é necessária uma reforma profunda da Segurança social que passe fundamentalmente por novas formas de financiamento em que todos os trabalhadores tenham um igual direito à proteção social com particular destaque para aposentações cujo financiamento deve envolver o próprio sistema fiscal, bem como o valor acrescentado líquido, já que as empresas em que maior é a produtividade são as que menos contribuem para o sistema em consequência tanto do menor número de trabalhadores relativamente ao seu volume de vendas como dos seus elevados excedentes. Outro aspeto mais complexo é a criação de uma alternativa à fragmentação da comunidade de trabalho e à individualização das relações laborais. Como primeiro passo é necessário tributar as empresas do setor digital e restringir através de penalizações severas uma pretensa mobilidade de trabalho que tem como principal consequência a precarização generalizada das relações de trabalho, os baixos salários que impedem um número crescente de jovens de

satisfazerem a necessidade básica de habitação condigna em consequência do aumento dos preços das rendas nas grandes cidades e, conjugados com o envelhecimento demográfico, contribuem para o agravamento da crise do sistema público de aposentações. O segundo passo é a redução do horário de trabalho sem diminuição da remuneração de acordo com a intensidade do capital e a dimensão das empresas, como forma de luta contra o desemprego, medida possível, já que os lucros não têm parado de aumentar no Rendimento Nacional à custa dos salários. Finalmente, apostar na progressividade fiscal e acabar de vez com os paraísos fiscais que subtraem milhares de milhões de euros aos Estados que seriam necessários para promover as políticas sociais, combater as desigualdades e as alterações climáticas provocadas pelo efeito estufa que se estão a tornar irreversíveis. Este novo contrato social é apenas um ponto de partida e não um ponto de chegada. Mas é necessária uma nova vontade política para instituí-lo.■



XII Encontro Nacional da APEM 2018

As palavras e a música: linguagens que se tocam

Ritmo, pausa, movimentos coletivamente coordenados, sons vocalizados, piano, ruído, exercícios vocais, jogos de palavras. Tudo serve para fazer música. Ou para reconstruir um poema. Esta poderia ser uma brevíssima síntese de um dos *workshops* (*Música na palavra – processos criativos*) que integrou o [XII Encontro Nacional da APEM 2018](#), que decorreu dia 27 de outubro na Gulbenkian. Um momento significativo, mas um momento apenas, entre muitos outros, de um programa – em torno de *As palavras e a música: linguagens que se tocam* - que incluiu, após uma atividade inicial de boas vindas, conferências, *workshops*, mesas redondas. Concluindo, com chave de ouro, num concerto final com os *Jovens Cantores de Guimarães*.

Lígia Calapez
Jornalista

Eu acredito que as canções mudam o mundo. O nosso mundo e o mundo à nossa volta

O modo “como falamos de música, como nos referimos à música quando falamos da música”, foi o ponto de partida de José Dias - da *Manchester Metropolitan University*, músico e compositor - na sua comunicação sobre *Popular Songwriting*.

O conferencista começou por referir **três pressupostos** fundamentais: na nossa prática educativa, projetamos muitos **conceitos** que herdámos do nosso próprio processo de aprendizagem; as **canções** são realidades muito complexas; a música é sempre uma **metáfora**. Pressupostos que, considerou, assentam numa constatação: “a música projeta sempre, exige sempre uma reação das pessoas. E a partir do momento em que há uma reação, há uma interação. E haver interação é de quem está a ouvir e de quem está a passar educação musical”.

Partindo desta base, José Dias, colocou a questão (e ilustrou-a com exemplos ao vivo): “O que é a música para cada um de nós?” Nem sempre é o mesmo. E não apenas para cada pessoa, mas também em função das diferentes culturas. Ou de diferentes épocas. A ideia de afinação, tempo, precisão, “são conceitos que – alguns deles – com o início do século XX se tornaram obsoletos”, observou. O conhecimento (no Ocidente) das músicas que vinham de outros povos – para o que contribui o arquivo fonográfico criado por Carl Stumpf – deixou claro que “aquilo que nós temos para definir a música ocidental não chega para percebermos a música do mundo todo”. Por outro lado, os “compositores começaram a explorar os limites dos cânones ocidentais tradicionais”.

E a questão (re)coloca-se: o que é música?

“Nos anos 70 Jonh Blacking escreve um livro fenomenal - *How musical is man?* – Referiu José Dias - Ele define música de uma maneira muito interessante: diz que *música é som humanamente organizado*. E aqui cabem todas as músicas”.

Definição interessante, mas que não

basta. Porque é essencial também perceber “se aquele som humanamente organizado é culturalmente música”. E ainda “que nos comportemos de acordo com a música”. Pois o comportamento (por exemplo “um aluno que pensa que nada tem a ver com a música – mas está a bater o pé...”) é parte da música. E assim – sublinhou o conferencista – se chega a outro conceito: que “música é o resultado de som + conceito + comportamento”.

Conceitos particularmente interessantes porque permitem que se coloquem mais perguntas. Por exemplo: porque é a música importante? Porque são as canções importantes? “Sobretudo por dois motivos – diz José Dias – Primeiro porque ajudam na construção da nossa identidade coletiva (nós partilhamos canções e isso dá-nos um sentido de pertença). Por outro lado, permite-nos criar uma espécie de universo íntimo, a construção da nossa identidade”.

Valorizando a importância das **canções**, o conferencista destacou em particular “as camadas de sentido”. “Há canções que parecem ser muito simples, mas que não são – têm camadas de sentido”, disse. “Podem colocar-nos questões muito interessantes. Podem colocar questões fundamentais da condição humana – o que é que a minha imagem diz de mim? O que é o amor? Quem sou eu? Como esperam que me comporte em sociedade? Posso subverter regras?”

Estas camadas de sentido, frisou, são muito interessantes de explorar. “Na minha opinião – as canções são **metáforas**. São quase polaroides da complexidade da vida. Por isso interessa explorá-las. E também porque catalisam emoções, estados de espírito, catalisam o embrião do que é a nossa identidade”. Para além de que fazem parte - como a música em geral – “de um processo de socialização”.

Nos cursos de *Songwriting*, explica o conferencista, “mesmo que os alunos não saibam tocar, não tenham qualquer tipo de educação musical formal, nós começamos desde a primeira aula a dar exercícios para eles construírem canções”. Para o fazer, há uma **estratégia**. “Uso objetos pouco convencionais - sons vários (do ciclo da máquina de lavar roupa, por exemplo – como um ciclo de que não se consegue sair); jogos de palavras (que abrem por vezes avenidas de sentido); combinação de géneros e tradições musicais (hoje em dia estamos todos expostos a sons das mais variadas biografias) – juntar sons exóticos pode ser interessante ou sons que podem ser próximos dos nossos alunos; e a improvisação (partindo de um filme de cinema mudo, por exemplo) - cada um dá o seu contributo e no fim aquilo gravado dá umas canções fenomenais”.

Na perspetiva de José Dias “as canções já estão nos nossos alunos. Temos só de encontrar uma maneira de lá chegar



Foto: Sofia Viliariques

e despertar”. E conclui: “acredito que as canções mudam o mundo. O nosso mundo e o mundo à nossa volta”.

Conversa em trio

Como nasce uma canção? Que podemos fazer para não matar o gosto pela música? A música que nós chamamos música tradicional está morta? Estas algumas questões debatidas/conversadas, num trio que reuniu três cantautores escritores: João Afonso, Vitorino e Margarida Fonseca Santos. Com moderação de Carlos Gomes da *CantarMais*.

Receitas – não há. Essa seria a primeira conclusão a retirar. Para Margarida Santos, as canções que escreve “nasceram sempre de grupos de crianças com quem eu estava a trabalhar”. “Não penso que exista um método infalível para escrever canções”, considerou. “Quando fazemos a primeira linha de uma canção ou quando escrevemos um verso, eu acho que vem a nossa vida toda”, disse Vitorino, “não tenho qualquer método. Não sei qual é a receita”. Para João Afonso “a música é a forma como me consigo exprimir”.

Mas para alimentar (ou não matar) o gosto pela música, já se poderia falar, não de receitas, mas de formas de fazer (ou não fazer).

“Devemos levar para as aulas as músicas que nos apaixonam. Temos de estar envolvidos na música que estamos a transmitir. Levar o brilho nos olhos – por mimetismo esse brilho aparece também nos outros olhos”, sublinhou Margarida Santos, defendendo que “até não fazer mal, deveria ser proibido ensinar notação”. Para João Afonso, por seu lado, há ferramentas que são fundamentais. O que importa é a forma como se ensina, “de modo a haver uma atração, uma sedução. Uma espécie de ir aprendendo, fazendo música”. Vitorino reportou-se a outras realidades muitas vezes esquecidas e que importa lembrar para termos noção do caminho entretanto andado. “As crianças de hoje têm muita sorte. Quando eu andei na escola primária não tinha cá professor de música. Ensinavam-me o *hino do Lusito* (um menino que pertence à Mocidade Portuguesa)”. E sublinhou que “o que a gente aprendia – e isso sim é a minha sorte e a sorte das crian-

ças do interior – era as cantigas de roda que nos ensinavam no largo. E também havia, e há felizmente, as filarmónicas, as bandas”.

Destas cantigas de roda, da música tradicional portuguesa, resta hoje alguma coisa? Uma questão que não é simples. “Que fazer para não esquecer? Isso é complicado porque o mundo rural é o espaço desta música tradicional. O mundo rural, a partir de 1975, começou a desaparecer com muita velocidade. E ultimamente, com a globalização da informação, acho que foi riscado do mapa” – é a opinião expressa por Vitorino. A *CantarMais* tenta de algum modo dar uma resposta a esta realidade, partindo da ideia de que “A música portuguesa é rica e diversificada. Há música que pode ser considerada intemporal”. O seu *site* apresenta-se como “um exemplo de como se pode despertar a curiosidade dos miúdos para conhecer a música portuguesa. As canções de trabalho, as canções de embalar. É fundamental mostrar coisas atrativas”.

No fundo a aposta é a mesma para qualquer área – alimentar o gosto, fazendo com gosto. Porque as crianças “gostam de tudo o que se faça com gosto”, nas palavras de Carlos Gomes. E na música como em todas as áreas de conhecimento, comenta Margarida Santos, “todo o ensino devia ser com espírito de iniciação”.

Um debate para continuar

O Fórum em torno de *Aprendizagens essenciais, flexibilidade e interdisciplinaridade: o presente e o futuro* desenvolveu-se em torno de um debate sobre princípios e práticas, perspetivas e experiências concretas. Um debate que é para continuar. E em que a APEM assume o seu empenho em apoiar professores e escolas.

Após breve relato do envolvimento da APEM, com outras associações, na elaboração do projeto de flexibilidade e autonomia curricular (a aposta da APEM foi fazer um documento, para 12 anos de escolaridade obrigatória, das aprendizagens essenciais) colocou-se a questão fundamental: *Como é que se está a viver a flexibilidade e autonomia curricular nas vossas escolas? Que sentido fez quando pegaram na-*

quele documento?

No cruzar de questões, opiniões e experiências, ressaltaram por um lado alguns problemas e dificuldades e, por outro, experiências positivas.

Do lado dos problemas, de assinalar *times* apertados, “a margem que nos é dada é tão alargada que às vezes nos perdemos”, dificuldades na relação interpares, falta de condições para avançar ou porque “ninguém sabe por onde caminhar” ou porque “nos pedagógicos cada um luta por ter horas para as suas disciplinas... e a arte fica sempre para trás”, ou até alguma rejeição da formalização da flexibilidade ou da interdisciplinaridade.

Entre os professores que valorizam a importância e pertinência destes novos documentos, a possibilidade de trabalhar num quadro de flexibilidade é mesmo referida como uma “boa nova”, destaca-se que “as aprendizagens essenciais e a flexibilidade obrigam a gerir a escola de uma outra forma”, ou que “mais importante que tudo é o trabalho colaborativo - que está muito para além do projeto e engloba também o projeto”, sublinha-se que “depende muito da escola e de quem trabalha lá - mas, mesmo individualmente, conseguimos ter resultados”.

Da parte da APEM, e a concluir, ficou uma promessa e um pedido. “Esta informação vai passar na *newsletter*. Importa ter uma noção do que se está a passar e que nós, como associação, temos de ter presente. Agora, o que nós também pedimos é que os presentes sintam esse apelo e essa vontade – que têm uma associação que podem contactar. Se na vossa escola é preciso fazer uma reunião, é preciso refletir – nós temos capacidade de mobilidade – temos a possibilidade de dar continuidade ao que aqui fazemos”. ■

Para saber mais:

<https://www.facebook.com/apem.educacaomusical/>



O Trabalho

na Era das Alterações Climáticas

Qual o lugar do trabalho na era das alterações climáticas? E que papel para os sindicatos e movimentos sociais? Que alternativas ao atual modelo de desenvolvimento e como gerar tais alternativas? O que significa uma transição justa? Que empregos para o clima? Estas e outras questões estiveram no centro dos debates em torno de “O Trabalho na Era das Alterações Climáticas”, um dos eixos dos IV Encontros Internacionais Ecosocialistas, que tiveram lugar no Liceu Camões, em Lisboa, entre 23 e 25 de Novembro.

Lígia Calapez
Jornalista

Da multiplicidade de intervenções – que se desdobram em três painéis (Trabalho e Clima. Empregos para o Clima e Sul Global) – limitamos aqui a elencar algumas questões que mereceram particular destaque. Também como uma forma de contextualização das entrevistas de sindicalistas participantes no encontro e que publicamos nas páginas que se seguem.

Trabalho e clima, que interações?

A relação trabalho e ambiente é incontornável, mas estamos longe de desenvolver o potencial completo dessa relação, em particular entre o mundo do

trabalho e sindicatos e os movimentos ambientalistas. Em causa, nomeadamente, a ideia de que o bem-estar social depende do crescimento económico, ou a desconsideração pelo trabalho de reprodução (valorizando-se apenas o ligado à produção), ou ainda uma visão estreita e marcada pelo individualismo, da parte de movimentos ambientalistas, que leva a ver o trabalho/trabalhadores como um problema social.

A alternativa – a esta crise “entre o capital e a vida” – é uma aliança entre sindicatos, movimentos ambientalistas e movimentos sociais, que afirme a prioridade dos direitos humanos e sociais e se comprometa numa mudança de sistema ao nível da produção, distribuição e consumo. Um sindicalismo que englobe as questões ecológicas, contribuindo para alternativas conjun-

tas. Tendo sempre presente que a dimensão política (quem controla o quê e como) é essencial.

Transição justa

Transição justa e democracia são um binómio inseparável. Um conceito defendido por quem nas Filipinas desenvolve uma luta duríssima contra a ditadura. E que se aplica a qualquer processo de transição, credível para os trabalhadores e as populações.

Na vida real não faltam contradições e problemas. Que passos dar para encerrar minas de carvão, pôr cobro à extração desenfreada de petróleo, limitar o tráfego aéreo, avançar com outras formas de consumir (menos)?

Para conseguir uma transição justa é essencial o papel dos trabalhadores, ter em conta a vida real, considerar todas

as questões no seu conjunto e contexto. O que significa garantir trabalhos alternativos dignos, garantir segurança social, educação e saúde. Criar rede entre todos os envolvidos neste processo.

Empregos para o clima

A campanha Empregos para o Clima (de par de uma outra campanha pela democracia energética) afirma-se como uma resposta significativa aos problemas que a impreterível mudança de modelo de desenvolvimento levanta. E, em diversos países, começa a mobilizar muitos milhares de pessoas e está a entrar no debate político geral. Em Portugal, a campanha Empregos para o Clima, envolvendo diversas or-

ganizações, faz o seu caminho. A partir de uma atitude pró-ativa: “começar a fazer o que precisa ser feito”. Tendo em conta, por exemplo, necessidades como energias renováveis, transportes públicos, isolamento das casas, redução do consumo de energia em particular na indústria, respostas adequadas aos incêndios florestais, uma alimentação mais local e sustentável.

O plano de criação de cem mil postos de trabalho – empregos dignos e socialmente úteis – aponta para um terço em energias renováveis, um quinto na rede de transportes públicos, um sexto em isolamento. Aposta na transformação da produção e gestão alimentar. Na qualificação dos trabalhadores. E de-

fende um lema claro e elucidativo: que ninguém tenha de escolher entre defesa do clima e emprego digno. ■

<http://www.empregos-clima.pt/declaracao-cimeira-clima-em-ka-towice-nao-serve-os-trabalhadores-precisam-de-mobilizar-se-para-exigir-uma-transicao-justa/>
<http://www.empregos-clima.pt/>
<http://www.empregos-clima.pt/wp-content/uploads/2017/10/Empregos-para-o-Clima-relat%C3%B3rio-completo.pdf>
<http://www.empregos-clima.pt/livrete-da-campanha-em-portugal/>

Temos de incluir a luta por Empregos para o Clima no contexto mais vasto da responsabilidade de construir um movimento pelo clima

Entrevista com Andreas Ytterstad

[Bridge to the Future; Concerned Scientists e Universidade do Oslo]



Fotos: Sofia Villerigues

Quais são as vossas expectativas relativamente à convergência entre o movimento sindical e as questões climáticas?

A convergência entre o movimento sindical e as questões climáticas é bastante desigual, mas já está a acontecer na **Noruega**. Os sindicatos

da função pública, tanto o Fagforbundet como o Norwegian Servicemen Union (NTL) [Sindicato dos Funcionários da Noruega], fazem parte da Bridge to the Future Alliance [Aliança Ponte para o Futuro] há cinco anos, e, no último ano, também subscreveram a exigência essencial

de 100 000 novos Empregos para o Clima na Noruega, em alternativa a novas jazidas de petróleo no Mar do Norte.

Que experiências concretas existem no vosso país?

Neste último ano também houve

sindicatos do setor privado — incluindo alguns dos que estão a organizar os trabalhadores da indústria do petróleo e do gás — a envolver-se mais com a luta contra as alterações climáticas. O sindicato El & IT, que abrange sobretudo as indústrias renováveis, aderiu à Bridge to the Future Alliance. Mas é compreensivelmente mais difícil para os sindicatos dos trabalhadores das petrolíferas. Ao fim e ao cabo, já existe investimento estatal em empregos nessa área. A reivindicação de 100 000 Empregos para o Clima é uma reivindicação justa, desde que venha acompanhada da exigência de um salário, porque é com o salário, e não com reivindicações, que os trabalhadores alimentam as suas famílias. Mesmo assim, acho que os trabalhadores do setor petrolífero vão compreendendo que é necessário mudar algo na Noruega. Até podem querer acreditar na atual primeira-ministra, quando ela diz que a pessoa que vai apagar a luz do petróleo no Mar do Norte ainda não nasceu, mas penso que, no fundo, sabem que não passa de uma ilusão. O líder de um dos sindicatos do setor petrolífero entrou num debate na Conferência deste ano da Bridge to the Future, que contou com a participação de 650 pessoas. Era sobre como fazer uma transição justa para lá do petróleo. Isto mostra que o diálogo dentro do movimento sindical norueguês é possível. É um processo demasiado lento, mas penso que está a ir na direção certa. Quanto mais força dermos à reivindicação de Empregos para o Clima, mais provável é que os trabalhadores das petrolíferas também contribuam com a sua própria força.

Qual é a dimensão ideológica (e política) de uma transição justa? Que conceitos estão envolvidos?

Há muitos debates ideológicos interessantes a fazer em torno do que é uma transição justa. Mas, no caso norueguês, penso que o principal é desmistificá-la. A posição da Bridge to the Future é romper, de forma regulada e não baseada no mercado, com o petróleo e o gás, com o contributo de 100 000 Empre-



IV Encontro Internacional Ecosocialistas

**Alerta vermelho, alerta verde:
Dar forma à transformação ecosocialista**

Lisboa, 23-24-25 Novembro 2018

gos para o Clima, com segurança e direitos sindicais. É uma solução para uma verdadeira transição, não são apenas palavras. Num país como a Noruega, a defesa dos trabalhadores que percam os empregos no setor petrolífero tem ser muito forte. Uma das razões mais compreensíveis para os trabalhadores desse ramo estarem céticos em relação à Bridge to the Future é temerem que uma transição que abandone o petróleo seja uma transição, de empregos seguros e protegidos pelos sindicatos, para trabalhos a tempo parcial e mal pagos. É por isso que não podemos deixar o crescimento das energias renováveis e a criação de mais empregos amigos do clima nas mãos dos empreendedores privados. Um dos motivos para os trabalhadores petrolíferos terem direitos é terem lutado por eles. O outro é o setor petrolífero ter passado a fazer parte — talvez até mesmo como bandeira — de um modelo nórdico, liderado pelo Estado e com respeito pelos trabalhadores. Uma transição justa tem de manter o Estado e os sindicatos, pelo menos, com o mesmo nível de envolvimento que tinham no início da aventura petrolífera. Uma transição liderada pelo mercado para uma Noruega renovável não trará uma transição justa, e não terá um fim feliz, nem para os trabalhadores, nem para as alterações climáticas. Do que precisamos agora é de um grande movimento popular, que obrigue o Estado a assumir as suas reais responsabilidades numa transição justa.

Sobre a *Climate jobs campaign* [Campanha por Empregos para o Clima]: em que contexto surgiu, e que obstáculos e oportunidades vislumbram?

A nossa campanha teve início em 2013, quando a Noruega era o país rico da Europa, com níveis muito baixos de desemprego e o petróleo em

alta. Em 2015, a nossa campanha ganhou uma nova urgência, quando os preços do petróleo caíram a pique e o desemprego disparou. Neste momento, o quadro é um bocadinho mais misto: o emprego no setor petrolífero aumentou, o investimento também, mas também existe mais oposição às novas explorações, sobretudo ao largo do arquipélago Lofoten, que tenho a certeza de que os turistas que já vieram à Noruega conhecem. Por entre estes altos e baixos temporários, temos de tentar estabilizar e impulsionar a nossa estratégia. Precisamos de Empregos para o Clima agora, seja qual for o preço do petróleo.

Estratégias. Como mobilizar a população?

Fizemos várias manifestações antes das últimas eleições legislativas na Noruega, que culminaram numa manifestação com 2500 pessoas em setembro de 2017. As manifestações não são a única forma de mobilização, mas esta dimensão é importante, porque ajuda a combater a sensação de impotência que as pessoas têm em relação às alterações climáticas. Temos de incluir a luta por Empregos para o Clima no contexto mais vasto da responsabilidade de construir um movimento pelo clima, que seja bastante diversificado e cubra o país inteiro.

Qual é a situação atualmente no vosso país/região?

Neste momento, temos um governo de direita, o que não nos dá muita esperança quanto a uma transição justa. Mas o partido trabalhista, na oposição, começa a dar sinais de estar a ouvir a mensagem da Bridge to the Future. Tenho esperança que, nos próximos anos, a esperança vai começar a pulsar com um bocadinho mais de força no nosso coração. ■

O maior obstáculo a qualquer campanha por Empregos para o Clima é o capitalismo

Entrevista com Sarah Ensor

[Campaign Against Climate Change e One Million Climate Jobs, Reino Unido]

Quais são as vossas expectativas relativamente à convergência entre o movimento sindical e as questões climáticas? Que experiências concretas existem no vosso país?

A Million Jobs Campaign [Campanha por Um Milhão de Empregos] tem o apoio de oito sindicatos nacionais e da National Union of Students [Associação Nacional de Estudantes]. Na **Grã-Bretanha**, a Campaign Against Climate Change [Campanha contra as Alterações Climáticas] tem estado na linha da frente do processo de adesão dos sindicatos ao movimento pelo clima, e tem tido sucesso em áreas como as campanhas contra o fracking (fraturamento hidráulico). Em anexo, segue o último panfleto destinado aos trabalhadores, em resposta às mentiras das empresas de fraturamento hidráulico⁽¹⁾.

Sou funcionário público e trabalho no Commercial Services Union (PCS) [Sindicato dos Serviços Comerciais], que abrange os funcionários públicos, do setor público e do governo. O PCS tem estado muito envolvido na campanha por um milhão de empregos públicos no setor climático, nas áreas da energia renovável, transportes e isolamento térmico das habitações. A nossa campanha visa aumentar a consciencialização e possibilitar (e mesmo encorajar) que os nossos afiliados se envolvam em campanhas como as contra o fracking. A minha experiência pessoal, com os meus colegas do sindicato, é que eles estão bem informados em relação às questões climáticas, e alguns até estão, ou já estiverem, ligados a campanhas de âmbito local para proteger áreas verdes ou terrenos públicos de privatizações⁽²⁾.

Qual é a dimensão ideológica (e política) de uma transição justa? Que conceitos estão envolvidos?

Uma transição justa tem de garantir:

. Que os trabalhadores das indústrias ligadas aos combustíveis fósseis recebam formação e são recolocados em indústrias sustentáveis.

. Que os agricultores recebam apoio na transição para colheitas sustentáveis e práticas sustentáveis de gestão do solo.

. Antirracismo e fronteiras abertas — os refugiados do clima estão a ser obrigados a abandonar as suas casas e atravessar fronteiras. É preciso que estas pessoas possam movimentar-se para onde quer que estejam seguras, ou tenham família ou amigos, sem temer o racismo e a repressão estatal.

Sobre a Climate jobs campaign [Campanha por Empregos para o Clima]: em que contexto surgiu, e que obstáculos e oportunidades se vislumbram?

O maior obstáculo a qualquer campanha por Empregos para o Clima é o capitalismo.

Estratégias. Como mobilizar a população?

É importante envolvermo-nos em campanhas locais, porque só assim é possível conhecer ativistas e chamar outras pessoas. Estas campanhas podem ser contra o fraturamento hidráulico, incineradoras ou centrais nucleares, ou ainda para preservar terrenos baldios, parques ou zonas verdes. Mas também podem ser campanhas de apoio a refugiados, e é igualmente importante explicar o contexto global e a natureza destrutiva do capitalismo, cujo único objetivo é o lucro, em nome do qual usa o racismo para dividir as classes trabalhadoras.

Nem toda a gente envolvida será anticapitalista, mas é importante sermos capazes de explicar que todos os problemas do capitalismo estão interligados. Se não estivermos cientes de que o poder das grandes empresas e dos seus amigos no governo tem de ser desafiado para salvar o nosso planeta,

podemos esquecer qualquer possibilidade de vitória.

Qual é a situação atualmente no vosso país/região?

O governo do Reino Unido impôs o direito das empresas de fracking a fazer furos de prospeção de gás de xisto, passando por cima do poder local — as autarquias tinham votado pela proibição do fraturamento hidráulico, na sequência de campanhas de ativistas e sindicalistas. Mas as campanhas continuam, e há muito poucos furos a ser feitos. No noroeste, três manifestantes foram condenados a 18 meses de prisão, mas uma enorme campanha de solidariedade fez com que a sentença fosse anulada muito rapidamente, e já foram todos libertados.

Na semana passada, tivemos uma manifestação nacional (relativamente pequena) contra as alterações climáticas, mas, nas últimas semanas, fizemos manifestações antirracistas muito bem sucedidas. Há bastantes ativistas e sindicalistas ligados a ambas as causas. O nosso governo está em crise por causa da saída da Grã-Bretanha da UE (Brexit), e estamos a fazer o nosso melhor para aproveitar esta crise para exigir eleições legislativas, em que o governo provavelmente sairá derrotado. O Civil Service [Administração Pública] já fez saber que todos os cidadãos da União Europeia que trabalham na administração pública poderão permanecer na Grã-Bretanha e continuar a trabalhar indefinidamente. Isto acaba por ser uma espécie de reconhecimento de que a Grã-Bretanha precisa de imigrantes e trabalhadores, mas também é uma vitória das grandes campanhas antirracistas que têm exigido que os nossos colegas da UE possam ficar cá e trabalhar. ■

⁽¹⁾ https://www.cacctu.org.uk/sites/data/files/sites/data/files/Docs/cacctug_opposefracking_v8.pdf

⁽²⁾ https://www.campaigncc.org/sites/data/files/sites/data/files/Docs/1mcj_flyer3.pdf

Professores em luta

9A, 4M, 2D: entregues mais de 20 mil postais de apoio

Com o objetivo de esclarecer a opinião pública e conseguir o seu apoio à luta pela contagem integral do tempo de serviço prestado para a progressão na carreira, os sindicatos da FENPROF promoveram a assinatura de um postal que, depois de assinado, seria entregue em ação pública ao primeiro-ministro. Recolhido um elevado número de postais (mais de 20.000), fez-se a entrega no dia 5 de dezembro, coincidindo com uma reunião do Conselho de Ministros.



**OLHA PARA O QUE EU DIGO,
NÃO OLHES PARA O QUE EU FAÇO**



Continua a luta por horários de trabalho justos

Muitos professores continuam a não comparecer a reuniões marcadas para lá das 35 horas do seu horário legal. Outros recusam realizar tarefas letivas (por exemplo, apoios a grupos de alunos ou coadjuvações) marcadas nos tempos não letivos de estabelecimento. O SPGL solicitou às direções dos estabelecimentos dados que permitam avaliar esta forma de luta. Logo que possível, tornaremos públicos os resultados obtidos.



Manifestação da CGTP-IN: SPGL presente!

No passado dia 15 de novembro, decorreu uma manifestação de trabalhadores que se concentraram na Praça Marquês de Pombal, em Lisboa, e desfilaram até aos Restauradores. Como exigências centrais foram colocadas a alteração das medidas gravosas impostas pelo anterior governo na legislação laboral, nomeadamente as que dificultam a contratação coletiva. E a necessidade de um aumento significativo do salário mínimo, cujo valor a CGTP-IN coloca nos 650 euros. Por considerar justas estas reivindicações, o SPGL esteve presente nesta ação de luta com um significativo número de docentes.



Foto: Pixabay

Ensino Superior, Ciência e Inovação: problemas e soluções

André Carmo

Co-coordenador do DESI/SPGL

No passado dia 30 de outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, teve lugar uma conferência organizada pelos promotores do Manifesto Ciência Portugal 2018 (<http://cienciaportugal.org/manifesto2018/>), que contou ainda com a presença de Phillippe Larrue (perito da OCDE), responsável pela apresentação de alguns dos resultados consolidados da avaliação realizada pela OCDE ao sistema de ensino superior, ciência, tecnologia e inovação portugueses.

Manifesto Ciência 2018

Com base num levantamento prévio das opiniões de cerca de três dezenas

de cientistas e investigadores, amostra pequena que permitiu, essencialmente, reiterar linhas de força relativamente consensuais, os promotores desta iniciativa começaram por apresentar um diagnóstico do sistema científico nacional e algumas recomendações, colocando a tônica no papel desempenhado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), visto à luz de quatro dimensões de análise: i) problemas; ii) financiamento; iii) burocracia; iv) avaliação. Entre os seus principais problemas, encontram-se a imprevisibilidade e irregularidade do seu funcionamento, bem como a pouca transparência de que se revestem os seus procedimentos. Por outras palavras, não só a abertura de concursos tem uma periodicidade irregular como os fundamentos das opções tomadas permanecem excessivamente opacos e inacessíveis à generalidade

dos investigadores. No que toca ao financiamento, é necessário fortalecê-lo, por um lado e, por outro, diversificar as suas fontes. A importância que os fundos estruturais assumem no financiamento do sistema é vista com preocupação, na medida em que, acentuando-se a sua dependência do exterior pode comprometer-se a sua sustentabilidade futura, por um lado, e fragilizar a capacidade de afirmação de uma estratégia científica nacional integrada. Em terceiro lugar, considera-se que os procedimentos burocráticos da FCT devem ser simplificados e os painéis de avaliação devem ser constituídos unicamente por peritos internacionais. A implementação de uma pré-candidatura simplificada, que permitiria uma triagem inicial das candidaturas, poderia ser uma medida importante que tornaria mais ágeis os processos de avaliação. Por fim, no que

diz respeito aos processos de avaliação conduzidos pela FCT, considera-se que estes devem focar-se na excelência e não incluir quaisquer critérios de impacto potencial e que toda a informação sujeita a avaliação (financiamento, despesas, produtividade científica, etc.) deve ser tornada pública.

OCDE

Phillipe Larrue, começou por colocar em evidência o progresso notável que Portugal teve nas últimas décadas do ponto de vista científico bem como as ambiciosas metas definidas pelo governo – 50% da população com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos com educação de nível superior concluída e investimento em I&D correspondendo a 3% do PIB (1/3 público + 2/3 privado) – com vista à convergência europeia no horizonte 2030. Não obstante, acrescenta o perito da OCDE, salta à vista a inexistência de uma estratégia nacional, clara, abrangente e partilhada para a ciência e a inovação, predominando, ao invés, uma estrutura fragmentada, com pouca coordenação interministerial. A resolução desta situação passa, necessariamente, pela adoção de uma estratégia nacional que, sem prejuízo de oferecer um enquadramento claro e inteligível, possa deixar espaço para a autonomia dos diferentes atores do sistema. Concomitantemente, dever-se-ia também estabelecer uma *task-force* de alto nível para implementar/monitorizar esta mesma estratégia.

Em termos de financiamento para a investigação e a inovação, acrescentou ainda o perito da OCDE, Portugal caracteriza-se pelos baixos níveis de financiamento privado, tendo 82% do investimento em I&D origem pública, e por um grande peso do investimento europeu (49% do total) que, entre 2000 e 2015 quase triplicou, compensando assim a diminuição acentuada do financiamento nacional. Para além disso, a maior parte do financiamento científico em Portugal é proveniente de procedimentos competitivos. Na ótica da OCDE, deveria existir um maior equilíbrio entre esta lógica de financiamento e aquilo a que chamam financiamento institucional, isto é, inscrito nos orçamentos do Estado. Dada a atual situação, a prioridade deve passar pelo refor-

ço deste último.

Ao nível das publicações, Portugal foi o segundo país com maior taxa de crescimento, no período 2004-2012. Em contraposição, é um dos países que apresenta uma menor atividade no que toca ao registo de patentes e onde as relações entre empresas e inovação estão mais atrasadas. No que diz respeito às instituições de ensino superior, o perito da OCDE considera que existe uma grande falta de diferenciação dos perfis e das estratégias de desenvolvimento dos subsistemas universitário e politécnico. Sobretudo no caso destes últimos, acrescenta ainda a falta de clareza e estabilidade como problemas. Para além disso, a autonomia institucional não é verdadeiramente valorizada, considerando o responsável da OCDE que o estatuto fundacional não é suficientemente utilizado, sendo que este poderia ajudar a ultrapassar os constrangimentos relacionados com a falta de flexibilidade na gestão, contratação e aquisição de bens e serviços. Em suma, é imperioso fortalecer a capacidade de autonomia das instituições.

Uma perspetiva político-sindical

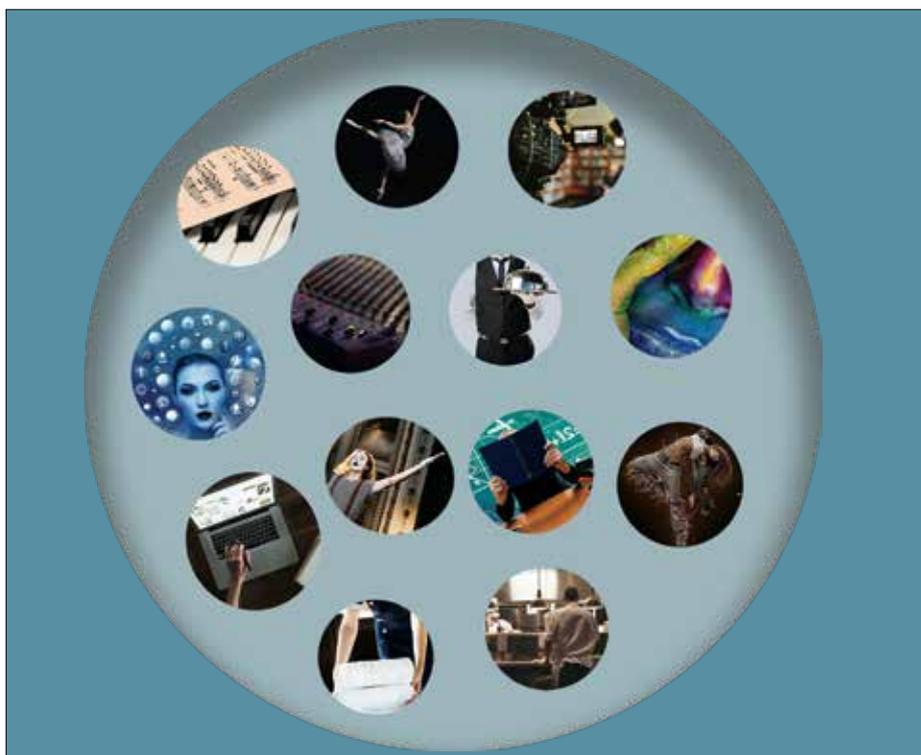
Sem prejuízo de podermos ter uma leitura crítica mais detalhada sobre a natureza e o papel desempenhado pelos atores mencionados neste texto – Manifesto Ciência 2018 e OCDE – existem dois denominadores comuns entre ambos que são convergentes com perspetiva político-sindical que temos vindo a defender. Em primeiro lugar, as debilidades no nível do financiamento do sistema. Também do nosso ponto de vista esta é uma matéria absolutamente incontornável e que tem de ser resolvida de modo adequado. E isso passa necessariamente pelo reforço do financiamento público no quadro da autonomia científica das instituições. Não pode ser de outra forma. Só este garante a estabilidade e a robustez necessárias para que possa ser definida uma estratégia de longo prazo para o desenvolvimento da ciência e do ensino superior. Só este pode alavancar uma reconfiguração das relações de trabalho no ensino superior e na ciência que contrarie a generalização da precariedade, traço definidor do sistema vigente. Em segundo lugar, a natureza excessivamente complexa e

burocrática do sistema, que gera injustiças e ineficiências e levanta obstáculos desnecessários ao regular funcionamento das instituições de ensino superior e ciência, bem como à comunidade científica no seu conjunto. A transparência e simplificação dos procedimentos, tornando-os mais inteligíveis, são a melhor garantia de que o dinheiro público é corretamente utilizado e de que são respeitados os direitos de docentes e investigadores.

Por último, destacam-se também dois aspetos mencionados pelo perito da OCDE, um com o qual concordamos e o outro que repudiamos veementemente. A concordância decorre da apreciação feita pela OCDE do sistema de ensino superior, mais concretamente da desarticulação existente entre os subsistemas universitário e politécnico. Temos vindo a defender, desde há muito tempo a esta parte, a necessidade de proceder a uma reestruturação do sistema de ensino superior, designadamente através da sua transformação num sistema unitário plural e diversificado, que respeite as diferenças entre instituições, mas não reproduza e acentue desigualdades assentes no estatuto e no peso da sua história. Efetivamente, a preservação de um anquilosado e disfuncional sistema binário é um erro estratégico que o país não pode continuar a cometer. A discordância tem que ver com a perspetiva excessivamente apologética e manifestamente desajustada da OCDE acerca do regime fundacional. Panaceia para todos os males, diz-nos a OCDE. Esta é uma posição que não resiste ao confronto com a realidade do ensino superior português. Em Portugal, estão ainda por demonstrar as virtudes do regime fundacional. E o ónus da prova está, como não podia deixar de ser, em quem reiteradamente defende as vantagens da gestão privada relativamente à gestão pública. Esta mentira, repetida muitas vezes, parece ter cada vez menos facilidades em ser vista como verdade. E ainda bem. Sendo certo que existem muitos problemas no sistema, a preservação e o fortalecimento do regime público é a solução que melhor dignifica e valoriza o ensino superior, simultaneamente, enquanto direito constitucional e uma das mais importantes funções sociais do Estado. ■

Ensino Particular e Cooperativo

Negociação do Contrato Coletivo de Trabalho - Nova reunião a 4 de janeiro



- A diferenciação das tabelas salariais e de estrutura de carreira consoante o setor de ensino em que lecionam.

Entretanto decorreu no passado dia 17 de novembro o Encontro Nacional da Ensino Particular e Cooperativo. A Resolução aprovada no final do Encontro sublinha o princípio orientador de aproximação progressiva das condições de trabalho entre o setor público e o setor particular e cooperativo nomeadamente no que respeita a horários de trabalho e remunerações. Tais objetivos, porém, estão dificultados “pela política negociada com a CNEF, com a qual alguns sindicatos com reduzida representatividade no setor firmaram um Contrato Coletivo de Trabalho que prejudica seriamente os docentes e cede em toda a linha aos interesses dos empregadores”. O texto aprovado reforça a exigência de que “as verbas necessárias para o funcionamento das escolas com contratos estabelecidos com o Ministério da Educação sejam transferidas atempadamente, de modo a permitir o seu normal funcionamento, nomeadamente no que respeita ao pagamento mensal de vencimentos”. Ao mesmo tempo, porém, exige-se um eficaz controlo por parte do ME de modo a evitar a utilização dessas verbas para fins distintos do seu objetivo, situações que têm vindo a ser denunciadas pela comunicação social.

Foi também exigido que os estabelecimentos de ensino do EPC respeitem as liberdades sindicais, “pondo termo às chantagens e ameaças face ao exercício dos direitos laborais e sindicais”.

Leia aqui o texto integral da Resolução aprovada. ■

No próximo dia 4 de janeiro de 2019 decorrerá mais uma reunião entre a FENPROF e a CNEF, mais uma etapa na tentativa de se poder assinar um acordo de CCT para os docentes do ensino particular e cooperativo. Na última reunião (14 de novembro de 2018) verificaram-se alguns avanços nas posições da CNEF, mas a proposta da entidade patronal está ainda longe das legítimas expectativas dos docentes. Entre as matérias que, pela sua gravidade, não podem ser subscritas num futuro CCT, a FENPROF inclui:

- O não reconhecimento de todo o tempo de serviço prestado noutros estabelecimentos de ensino particular ou público para efeitos de progressão na carreira;
- A exceção criada para os docentes do

ensino artístico especializado no que respeita à organização do seu horário letivo (a CNEF propõe 29 aulas num horário de 22 horas letivas);

- A possibilidade de diminuição de retribuição, com a alegação da redução do número de alunos;

- A entidade patronal poder extinguir o posto de trabalho se o docente recusar converter o seu contrato de trabalho a tempo completo para tempo parcial;

- A existência de uma retribuição diferente para o docente quando no mesmo estabelecimento são atribuídas horas letivas no ensino regular e no ensino profissional;

- Os docentes poderem ter, para além do intervalo de descanso para almoço outros intervalos de descanso em cada um dos períodos do dia;



Departamento de Professores e Educadores Aposentados

25º aniversário da 1ª Conferência de Aposentados da FENPROF

No passado dia 26 de Novembro a FENPROF realizou na Escola Secundária de Camões um Encontro Nacional de Professores Aposentados onde se comemorou o 25º aniversário do 1º Congresso Nacional dos Professores Aposentados, realizado em 25 e 26 de Novembro de 1993, que foi um marco histórico na luta dos docentes por um regime de indexação de todas as pensões aos vencimentos dos docentes no activo e onde foi aprovada a Carta dos Direitos dos Professores Aposentados, que está, ainda, adequada ao actual momento. Neste Encontro Nacional o Departamento de aposentados do SPGL esteve representado por cerca 70 docentes dos vários graus de ensino desde o Pré-escolar até ao Universitário. Os trabalhos iniciaram-se com a intervenção da Coordenadora do DA-FENPROF, M. Helena Gonçalves, que referiu os objectivos deste Encontro realçando as reivindicações e lutas desenvolvidas desde aquele 1º Congresso de Professores Aposentados até aos nossos dias. De seguida houve intervenções dos representantes dos sindicatos que estiveram presentes naquele 1º Congresso.

Pelo SPGL interveio a colega M. Rosário Quintas que na altura era a responsável do GT dos aposentados do SPGL juntamente com a colega Melisande Mateus, que por motivos de saúde não pôde estar presente mas de quem foi lida uma saudação.

As intervenções foram muito variadas e com grande riqueza de informação. Testemunhos que nos permitiram analisar aquele momento histórico para a profissão docente lembrando que as lutas valem a pena e na perspectiva de mostrar a importância e necessidade de continuarmos a defender, intensamente e sem desfalecimento, a carreira docente.

Esta primeira parte terminou com a intervenção de Mário David Soares, responsável, em 1993, pela Comissão de Aposentados na FENPROF que realçou, com clareza, as lições que se podem tirar *da luta dos professores aposentados*.

Na segunda parte tivemos uma conferência sob o tema: “Envelhecer com saúde e com direitos” com dois conferencistas de estilos diferentes: a Dra. Maria João Quintela, médica e Mestre em Gerontologia, e o Dr. Augusto Flor, Antropólogo e Investigador.

A Conferência foi muito interessante

com duas pessoas com perspectivas diversas sobre a problemática do tema mostrando, claramente, de uma forma profunda e cientificamente fundamentada, que não é suficiente a vontade individual para resolver os problemas da 3ª idade pois estes são de carácter social e também político.

Seguiu-se a aprovação de uma moção de solidariedade com a luta dos Professores no activo intitulada: **Aposentados ou no activo, somos todos professores, defendemos a “nossa” carreira e a Resolução** - que agrega, atualiza e sintetiza as principais reivindicações dos professores portugueses sobre a aposentação, na aposentação e enquanto idosos.

O Encontro terminou com a intervenção do Secretário-geral da FENPROF, Mário Nogueira, que deu a conhecer aos professores presentes os resultados dos contactos e das votações dos grupos parlamentares em torno da luta dos docentes em defesa das sua carreira. E realçou a importante ação dos docentes agora aposentados, quando no passado construíram a carreira que agora estamos a defender. ■

manuel vasconcelos



O SPGL no 9º Congresso MURPI

No passado dia 25 de novembro, o SPGL fez-se representar pelas colegas do Departamento dos Aposentados, Fernanda Ferrão e Isabel Gaspar no 9º Congresso do MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos).

Este Congresso teve como lema: “40 anos, Força de abril, Envelhecer com direitos”.

As primeiras intervenções referiram os marcos mais significativos da história do movimento associativo dos reformados, pensionistas e idosos, nascido com a revolução de abril.

Em outubro de 1977 Coimbra acolheu o 1º Encontro nacional de Reformados e foi na Amadora que em 1978 que se realizou a 1ª Conferência Nacional de Pensionistas e Idosos.

A criação de Federações de âmbito distrital reforçou as estruturas do MURPI.

Este congresso destinou-se a avaliar a atividade entre 2015 e 2018 e a apresentar as principais reivindicações do movimento, de que se destacaram:

- melhorar a situação social e económica e valorizar as pensões;
- defender serviços de carácter público de qualidade e proximidade;
- combater o isolamento e promover a mobilidade;
- dar mais força ao serviço nacional de saúde;
- lutar pelo direito à habitação condigna;
- defender uma política fiscal mais justa;
- defender o direito à cultura e à sua fruição;
- defender e fortalecer o movimento associativo.

O Congresso contou com muitas e interessantes intervenções. Estiveram presentes figuras públicas como Helena Roseta, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva e re-

presentantes dos partidos políticos, PCP e Bloco de Esquerda. A intervenção de Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, salientou a necessidade de acabar com a Lei da cessação de contratos de habitação, que permite o despejo de idosos de suas casas. Em resposta à saudação do SPGL recebida na Mesa, a Presidente da mesa no momento afirmou que “o MURPI está de corpo inteiro com a luta dos professores portugueses”.

Destacamos ainda algumas afirmações de um dos oradores:

“O idoso não pode ser meramente tolerado; ele é parte integrante da sociedade”.
 “O trabalhador de hoje será o idoso de amanhã”.

O Congresso contou, no seu início, com o Coro Alentejano do MURPI da Torre da Marinha e, no final, com o Grupo de Cantares Alentejanos da Liga dos Amigos de S. Domingos. ■

Colóquios Pares pedagógicos

Caminhos e trajectórias da Educação em Portugal

Ousa fazer!

O Centro de Formação de Escolas António Sérgio (CFEAS), sediado na Escola Secundária D. Dinis, promoveu mais uma jornada de formação para professores nos dias 16 e 17 de Novembro sob a forma de colóquios e trabalhos de grupo em formação.

Sílvia Baptista
Professora Aposentada

No dia 16, o **Colóquio de Abertura** teve como oradores José António de Sousa (AE D. Dinis), Joaquim Melro (CFEAS), Miguel Miguens (CNE: Conselho Nacional de Educação) e Joaquim Pintassilgo (Instituto de Educação, UL). Seguiu-se o Colóquio **Educação Inclusiva em Portugal**, dinamizado por David Rodrigues (Pin-Andee: Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial) e Paula Campos Pinto (Observatório da Deficiência e Direitos Humanos).

Após o almoço realizou-se o **Colóquio Pedagogia no Feminino em Portugal** com os seguintes oradores: Helena Ribeiro de Castro (Instituto Piaget de Almada), Maria José Remédios (AE D. Filipa de Lencastre).

Pretendo somente realçar os trabalhos desenvolvidos pelos professores em formação nos grupos de trabalho, onde conheceram as biografias e as ideias centrais

sobre educação de cinco pedagogos portugueses. A responsabilidade da dinamização destes grupos esteve a cargo de cinco convidados pelo Centro de Formação:

António Sérgio – Sérgio Campos Matos (Centro de História da UL)
Irene Lisboa – Artur Baptista (Esc. Artística António Arroio, Prof Aposentado)

João dos Santos – Fernando Pinto (AE Eça de Queirós)

Rui Grácio - Carlos Silvestre (Instituto Piaget de Almada)

Ana Castro Osório - Manuel Dias Duarte (AE Carcavelos, Prof Aposentado)

No dia 17, cada grupo, representado pelo(s) seu(s) porta-voz(es), apresentou as ideias gerais, a biografia e a respectiva bibliografia de cada pedagogo.

“*Ensaísmo e Pedagogia*” de **António Sérgio** (1883/1969) pedagogo, ensaísta, historiador, além de político, pois foi ministro da Educação na Primeira República. Como os seus ideais contrariavam as ideias do Estado Novo foi exilado, por cinco vezes preso. Mais tarde foi apoiante de

Humberto Delgado.

Como historiador, António Sérgio apresenta-se como opositor de alguns determinismos, evitados de ignorância e proporcionáveis a serem tornados como verdades absolutas junto do povo português, nomeadamente sobre a origem dos portugueses e sobre a expansão portuguesa.

A sua preocupação cívica e política era também uma preocupação pedagógica, explícita na sua obra “*Ensaios*”: o aluno deve adquirir um sentido cívico para se tornar um ser atuante na sociedade. Para tal o papel do professor é de alguém que sugere problemas e procura dar aos seus alunos uma maior autonomia.

“*A educação é um problema de ordem geral, à altura de todos os entendimentos e intervenções*” de **Irene Lisboa** (1892/1958). A sua vasta obra inclui poesia, contos, novelas, crónicas e muitos artigos sobre a temática educativa. Pedagoga, no seu dia-a-dia aplicava os fundamentos de uma escola nova/ativa. Em relação às várias teorias de educação e correntes pedagógicas, Irene Lisboa mostra ter um espírito eclético em oposição à escola antiga da qual é acér-

rima crítica.

“Uma escola atraente sem peias, nova e liberal” - afirmação proferida por Irene Lisboa numa Conferência na Sociedade de Geografia em 1926, tendo como título “A Escola Atraente” – revela o fundamental da sua postura pedagógica. Depois de apontar alguns parâmetros que deviam caracterizar a “Escola Nova” sustenta que “A escola liberalmente oferece o que o lar não tem ou não pode dar”.

Os fundamentos da Escola Ativa encontram-se delineados no início da sua obra “Modernas Tendências da Educação”, onde se inclui a análise e algumas críticas dos métodos de Maria Montessori, de Decroly, do método dos projectos, do plano de Dalton e das escolas de Winnetka. De realçar que a análise de alguns destes métodos resultam do contacto que teve no estrangeiro com o desenvolvimento destes processos.

Afastada compulsivamente do cargo que exercia na Inspeção, proibidas as conferências que iria dinamizar (ou por razões de fraca aceitação por ser mulher), Irene Lisboa opta pelo recurso de assinar os seus escritos com outros pseudónimos.

“Educativa é aquela aprendizagem que implica o indivíduo na acção de tal forma que esta última é desejada e amada e conduz à criação, ou seja à integração, do eu no mundo e à transformação recíproca do mundo pelo eu e do eu pelo mundo”. **João dos Santos** (1913/1987), médico psiquiatra e pedagogo, é considerado o pioneiro da moderna Saúde Mental Infantil, pois a incidência da sua obra é sobre a deficiência das crianças. Com uma extensa bibliografia, João dos Santos não deixa de ser considerado uma personalidade pró-ativa pela criação de centros de saúde mental, ligas de deficientes motores e epilepsia infantil, associações e centros, tendo uma mesma finalidade - o tratamento de crianças e jovens mentalmente doentes.

“Deves ter orgulho em ti próprio!” Era a sua bandeira para incentivar a fazer com paixão o melhor. Sugeriria que os professores aplicassem processos identificatórios de modo a encontrar nos alunos uma identificação para que resultasse melhor a relação aluno/professor.

A Casa da Praia, instituição criada por João dos Santos em 1975, como Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa, tinha como finalidade apoio parental e o acompanhamento de crianças e jovens em risco, aplicando a sua Pedagogia Terapêutica, metodologia inovadora preconizada por si próprio em que a arte de curar estava associada à arte de educar.

“Eu pedagogia me confesso”, máxima de **Rui Grácio** (1921/1991). Como político opositor ao regime do Estado Novo e, mais tarde, Secretário de Estado da Orientação Pedagógica nos I e II Governos Provisórios, teve um papel fundamental na reforma dos estágios pedagógicos dos professores entre outras medidas. Como pedagogo – melhor dizendo como político-pedagogo – deixou-nos obras de investigação sobre teorias de educação. Promove a pedagogia ativa onde o professor passa a ser um facilitador da aprendizagem do aluno: “Educar é provocar, promover, emancipar”.

“Às Mulheres Portuguesas”, 1º Manifesto feminista português de **Ana Castro Osório** (1872/1935) escritora, jornalista, pedagoga e activista republicana, sempre encabeçando a luta pela igualdade da mulher. Na sua vida assistiu a muitos acontecimentos políticos, como sendo a implantação da República, a I Guerra Mundial, o golpe militar de Gomes da Costa e implantação da ditadura. Escritora e tradutora de contos infantis, é considerada a criadora da literatura infantil em Portugal. Criou manuais escolares para os primeiros anos de escolaridade.

Finda a apresentação destes grupos de trabalho, Alexandre Quintanilha (deputado, físico, escritor na área científica e professor catedrático jubilado) proporcionou aos presentes as suas reflexões sobre “O Conhecimento na Construção da Democracia”.

Em primeiro lugar colocou a questão “Para que serve o conhecimento?”

A resposta tem aspetos variáveis: Realização pessoal/Potenciar o nosso próprio bem estar/Treinar profissionais competentes/Avançar as fronteiras do saber/Responsabilizar individual, social e ambientalmente/Construir a autoconfiança lúcida.

Em seguida apresentou alguns dados sobre a discrepância, em números, existente no nosso planeta quanto à taxa de obesos, aos recursos híbridos, taxas de mortalidade infantil, velhas doenças e novas doenças e outros dados.

Terminou a sua intervenção com um pensamento de um filósofo norte-americano, Richard Rorty (1931 – 2007) “Cuida da liberdade e a verdade cuidará de si própria” (tradução livre)

“A escola do Futuro constrói-se hoje em Autonomia e Flexibilidade Curricular” este foi o tema desenvolvido por Nádya Ferreira da Direção de Serviços Desenvolvimento Curricular da DGE.

Face à elevada taxa de retenção dos alunos, os factores socioeconómicos determinantes para o sucesso dos alunos, o alargamento da escolaridade para os 12 anos, os programas demasiado extensos e a desmotivação de alunos e professores, a Flexibilidade Curricular para o Ensino Básico e Secundário pretende ser uma mediadora para combater o insucesso e, consequentemente, uma porta aberta para a inclusão social. As escolas poderão gerir o currículo de forma autónoma e flexível e contextualizado conforme o meio onde estão inseridas e o tipo de alunos que as frequentam.

O Decreto-Lei 55/2018 de 6 de Julho aponta para a promoção de melhores aprendizagens; para a aquisição de competências de nível mais elevado; para o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade. A meta educacional pretende que todos os alunos alcancem as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Os Colóquios encerraram com a intervenção do presidente do Centro de Formação de Escola António Sérgio, elogiando o trabalho dos professores nos dois dias de colóquios, agradecendo a dedicação da equipa organizadora. Por fim recordou aos presentes as palavras do próprio António Sérgio.

Ousa Fazer!

O Bom na Vida é a Liberdade

É Harmonia!

É Amor ao próximo ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt



JORNADAS PEDAGÓGICAS 2019

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA

AÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Programação Neurolinguística: motivar e envolver os alunos (*)	Paula Cordas	Todos	24 e 31 de janeiro (5ª feira)	16h00 às 19h30	Sede do SPGL	25
2	Hiperatividade e deficit de atenção	Isabel Rocha	Todos	4 de fevereiro (2ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
3	Consciência e cidadania – Bordalo artístico e político (*)	João Alpuim Botelho e Liliana Pina	Todos	6 e 13 de fevereiro (4ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
4	Transtorno do espectro do Autismo	Isabel Rocha	Todos	11 de fevereiro (2ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
5	O Excel aplicado à prática docente (*) (a)	Manuel Vasconcelos	Todos	19 e 26 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	10
6	Expressões artísticas integradas (*)	Maria João Craveiro Lopes	Pré Escolar e 1º Ciclo	19 e 26 de fevereiro (3ª feira)	16h30 às 19h30	Sede do SPGL	25
7	Edição e tratamento de imagens (b)	Manuel Vasconcelos	Todos	19 de março (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	10
8	A Criança dos 0 a 3 anos - perspectiva Montessori	Sónia Nunes	Pré Escolar	29 de março (6ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25

(*) Nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(a) Para um melhor desenvolvimento da formação é importante que os formandos tragam os seus computadores portáteis, com uma versão do Office 365 dias ou Office 2007 (Office 12) instalado.

(b) Para um melhor desenvolvimento da formação é importante que os formandos tragam os seus computadores portáteis e com o sistema operativo Windows 10.

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
9	A Arte em Marvila - Uma galeria a céu aberto	Técnico do Gabinete de Arte Urbana	Todos	16 de janeiro (4ª feira)	14h30 às 16h30	Porta da Biblioteca de Marvila	30
10	Visita aos Jardins e Palácio Fronteira (1)	Técnico da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna	Todos	2 de fevereiro (sábado)	09h30 às 11h30	Porta principal do Palácio	25
11	Hoje sinto-me... Bordalo e Passeio Lisboa de Bordalo (2)	Técnico do Museu	Todos	16 de fevereiro (sábado)	09h45 às 17h00	Manhã – 09h45 Museu Bordalo Pinheiro Tarde – 14h30 Largo Rafael Bordalo Pinheiro	40
12	Pelas Encostas de Palmela e Ermelinda Freitas "Casa de memórias e afetos" (3)	José Veloso e Técnico da Casa Ermelinda	Todos	16 de março (sábado)	09h00 às 18h30	Entrada principal do ZOO	40
13	Visita ao Teatro D. Maria II e Peça de Teatro Frei Luís de Sousa (4) (**)	Técnico do Teatro Encenação de Miguel Loureiro	Todos	Visita: 18 de março (2ª feira) Peça de Teatro: 21 de março (5ª feira)	17h15 20h30	Porta principal do Teatro D. Maria II	25
14	Cascais e Estoril – de lugares de defesa a terras de acolhimento (5)	Margarida Ramalho	Todos	27 de abril (sábado)	09h00 às 18h00	Entrada principal do ZOO	40
15	Na Rota dos Escritores: Miguel Torga e Museu de Leiria e Moinho de Papel (6)	Ângela Pereira e Técnicos dos Museus	Todos	11 de maio (sábado)	08h00 às 21h00	Entrada principal do ZOO	40

(1) Ao preço da inscrição **acresce 9,00€** (Visita).

(2) Ao preço da inscrição **acresce 7,00€** (Visita e rádio guias – almoço livre).

(3) Ao preço da inscrição **acresce 25,00€** (transporte, visitas, almoço, prova de vinhos gourmet). **Nota:** Levar roupa e calçado confortável para a caminhada-Grau de dificuldade fácil.

(4) Ao preço da inscrição **acresce 4,00€** (Peça de Teatro) (**) Desdobrada em 2 dias - **Visita** 18 de março (17h30) e **Peça de Teatro** 21 de março (20h30).

(5) Ao preço da inscrição **acresce 33,00€** (Transporte, visita, almoço e rádio guias).

(6) Ao preço da inscrição **acresce 30,50€** (Transporte, visitas, almoço e rádio guias).

Para informações mais detalhadas consulte:

• <http://www.spgl.pt/jornadas-pedagogicas> • facebook: SPGL - Jornadas Pedagógicas da DR de Lisboa

O meu livro quer outro livro



feriu, pois, que o tema central da obra, não é o despedimento abusivo dos trabalhadores mas a essência do 25 de Novembro que é preciso visitar para não sermos ludibriados pelos vencedores, como costuma acontecer.

O autor referiu que, para elaborar a obra, consultou cerca de 60 processos e ouviu dezenas de trabalhadores que foram alvo do despedimento, dando

conta dos problemas que os mesmos tiveram de enfrentar e demais consequências, por vezes, assaz dramáticas.

Constata, como jornalista, que é grande o desinteresse da imprensa pelos seres humanos e como é compulsiva a sua apetência pelo *fait-divers*, do qual, em alguns casos, vive exclusivamente. As verdadeiras razões dos acontecimentos são sempre escamoteadas ou ignoradas, mesmo em casos desta monta, a fim de esconder o real significado dum evento político, como foi o 25 de novembro de 1975. Este dia, que permanece na nossa memória como um emaranhado de acontecimentos pouco claros e nada esclarecedores, tem muito por contar. Não pode nem deve tal acontecimento ser dissociado da presença em Portugal das várias polícias secretas internacionais, bem como do papel nefasto da Igreja junto do povo e da sua aliança com os detentores do capital e da terra, tal como se verificou em Évora, na sequência da reforma agrária. Acrescente-se, ainda, o descontentamento da camada social mais conservadora do país que tudo fez para reconquistar o seu poder. Salientou a ordem expressa para extinguir os paraquedistas e a posterior apreensão de armas transportadas clandestinamente em automóveis particulares, em resumo, ações concertadas e com um objetivo claro e bem definido, que nunca foi explicado, mas que determinou a política dos nossos dias.

Acrescentou que os dois últimos capítulos do livro narram uma nova versão, devidamente documentada, dos casos do jornal República e da Rádio Renascença que foram criados para os desprestigiar e explorados respetivamente pela Igreja e o P. S., à época.

Ribeiro Cardoso salientou, como fator adverso ao jornalismo, a circunstância atual da existência de um elevado número de jornalistas à procura de emprego, o que facilita a sua contratação com baixos salários e uma grande disponibilidade para aceitar as regras que lhe são impostas.



5/12/2018

Carlos Castilho Pais apresentou o livro "À luz da flor da amendoeira"

Odete Cruz apresentou o convidado, amigo de há muitos anos, como um professor ativo, muito querido dos alunos, um professor, ator e poeta.

Maria do Céu Marques, professora da Universidade Aberta, fez a apresentação de Carlos Castilho Pais, também professor da U.A. Ilustrou a sua apresentação com alguns poemas do autor, dos quais destacamos: "Para José Saramago".

*Um homem vem e é o Outono
No último dos meses
O inverno chega e é um homem
A imaginar mil vezes*

Abordando o tema da poesia, Carlos Castilho Pais afirmou que "já ninguém compra poesia, o que também não é mau, porque a poesia não deve vender-se". "A poesia é uma coisa íntima" mas, "também o íntimo está a desaparecer cada vez mais."

Sobre a sua obra "Descolonização", que não se encontra à venda, o autor esclareceu que é preciso que descolonizemos o interior". Criticou os poetas que não se leem uns aos outros e ainda o facto de ninguém hoje escrever um soneto o que se deve em parte à atual preferência dada ao "verso livre".

Carlos Castilho Pais, falando da obra "À luz da flor da amendoeira", disse ser um projeto feito com um amigo, Gregório Muelas Bermudez. Edição da Karima Editora.

Trata-se de um conjunto de 50 "haikus" escritos pelos dois autores, tendo os dois traduzido os poemas de cada um para a sua própria língua.

O "haikus" é uma forma de poema tradicional no Japão. São três versos: o primeiro deve ter cinco sílabas, o segundo deve ter sete e o terceiro deve ter cinco. Não tem rima. É um poema "do instante, do quotidiano, muito ligado à filosofia oriental.

O autor leu alguns poemas do seu livro. ■



14/11/2018

Ribeiro Cardoso apresentou o livro "O 25 de Novembro e os media estatizados"

Dando início à apresentação do livro, Virgínia Rodrigues confessou a sua cumplicidade nesta iniciativa, uma vez que depois de ter lido o livro, considerou ser imprescindível a sua apresentação neste Sindicato.

António Avelãs salientou a escrita, reveladora de uma técnica própria do bom jornalismo, quer pela redação, quer pela recolha de documentos orais e escritos sobre o despedimento arbitrário de 152 trabalhadores da comunicação estatizada de Lisboa, um dia após o 25 de novembro de 1975. Sublinhou que tal facto ocorreu sem que tivesse havido culpa formada, sem processos disciplinares, apenas com listas organizadas *ad-hoc*, por motivos políticos e ideológicos. As vivências tormentosas dos envolvidos neste processo são descritas com clareza, sendo patente a má-fé dos tribunais que só volvidos alguns anos ordenaram o pagamento de onze anos de salários, como forma de indemnização. In-

Legislação

I Série

Resolução da Assembleia da República n.º 297/2018 - Diário da República n.º 209/2018, Série I de 2018-10-30 116826825

Recomenda ao Governo que garanta que as habilitações literárias não são fator de exclusão da regularização de vínculos

Resolução da Assembleia da República n.º 298/2018 - Diário da República n.º 211/2018, Série I de 2018-11-02 116852287

Recomenda ao Governo que contabilize todo o tempo de trabalho dos docentes contratados a exercer funções a tempo parcial para efeitos de segurança social

Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2018 - Diário da República n.º 220/2018, Série I de 2018-11-15 116979745

Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de licenças digitais de manuais, a distribuir, no ano letivo de 2018/2019, a todos os alunos do ensino público abrangidos pelas medidas de gratuitidade

Portaria n.º 308/2018 - Diário da República n.º 231/2018, Série I de 2018-11-30 117184163

Estabelece as adaptações ao disposto no [Decreto Regulamentar n.º 26/2012](#), de 21 de fevereiro, determinadas designadamente pelo n.º 1 do artigo 29.º do referido Decreto e pelo artigo 4.º da [Portaria n.º 15/2013](#), de 15 de janeiro, com vista à operacionalização do sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente na CPL, I. P.

II Série

Despacho n.º 9862/2018 - Diário da República n.º 203/2018, Série II de 2018-10-22 116740415

Designação, em comissão de serviço, no cargo de Delegado Regional de Educação, da Direção de Serviços da Região Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 15692/2018 - Diário da República n.º 210/2018, Série II de 2018-10-31 116835864

Aviso de abertura de concurso para 24 inspetores da carreira especial de inspeção

Despacho n.º 10308/2018 - Diário da República n.º 214/2018, Série II de 2018-11-07 116897171

Lista de entidades acreditadas pela DGE como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares no ano de 2018

Despacho n.º 10748/2018 - Diário da República n.º 223/2018, Série II de 2018-11-20 117022815

Aditamento ao Despacho n.º 9157/2018, de 14 de setembro de 2018, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, de subdelegação de poderes na Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Mestre Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arraios Faria

Aviso n.º 17774/2018 - Diário da República n.º 232/2018, Série II de 2018-12-03 117183417

Abertura de procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro, para os cargos de professor, compreendendo os níveis da educação pré-escolar, do ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e do ensino secundário, e de leitor de língua e cultura portuguesas, ao nível do ensino superior e organismos internacionais

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



PINTURAS . 1958 - 2018 . **Silva Palmeira**

| 10 DE JANEIRO A 15 DE FEVEREIRO DE 2019 |

Fusões ou sincretismos

A tradição histórica leva-nos especialmente àquilo que somos, a uma identidade, a uma dimensão de consciência em que estão presentes as nossas etapas pelo Mundo em paralelo com os conteúdos de nossa casa íntima. A “globalização”, de que hoje tanto e tão enfaticamente se fala, já estava presente no espírito da grande Arte, pelo menos desde o universalismo renascentista e, sobretudo, na segunda metade do séc. XX, com o desenvolvimento de mensagens para além de estreitas fronteiras conceptuais. A actual Filosofia da Arte emerge do carácter abertamente dialogante e transcultural entre os Povos, reflectindo amplas sínteses expressivas. O objecto artístico é hoje feito de uma viagem por planos de apreensão e reaprendizagem da natureza das Coisas, do Homem, de Horizontes e Destinos. É neste movimento que nascem as minhas “fusões” ou “sincretismos”, ou o meu “continente híbrido”, os ocidentes do meu Oriente, e os orientes do meu Ocidente, numa contemplação e musicalidade cujo registo se projecta em telas de pintura-desenho-poema, consubstanciação de simbólicas, procura do que considero um abraço ao belo, na cena eterna do amor, na sedução dos corpos, na exaltação da força vital, na fecunda “genialidade” erótica do Planeta!

Silva Palmeira

Efeitos da avaliação do pessoal docente

Embara se pense que a matéria sob epígrafe é do total conhecimento dos profissionais o facto é que isso não corresponde à realidade. Assim, pareceu-me ser oportuno utilizar este espaço para prestar alguns esclarecimentos sobre essa matéria.

A avaliação de desempenho do pessoal docente encontra-se regulada no estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) e assume uma relevância determinante não só para efeitos de progressão na carreira como também para a conversão da nomeação provisória em nomeação definitiva no termo do período probatório, para a renovação dos contratos e para atribuição do prémio de desempenho (cfr. artº 41º do ECD). Ora, os efeitos da avaliação encontram-se identificados no artigo 48º do mesmo ECD e variam consoante a menção qualitativa que for atribuída ao docente, nos seguintes termos:

I – Atribuição das menções de “Excelente” ou de “Muito Bom”

- Determina uma bonificação, **para efeitos de progressão na carreira** respetivamente, de **um ano** no primeiro caso e de **seis meses** no segundo caso. Contudo, é importante frizar que estas bonificações **são apenas usufruídas no escalão seguinte**;
- Nos 4º e 6º escalões permite a progressão ao escalão seguinte sem o requisito de existência de vaga;
- Permite ainda a atribuição de um prémio pecuniário a que se reporta o artigo 63º do ECD;
- Permite ainda a consideração do período de tempo do respetivo ciclo avaliativo, para efeitos de progressão na carreira;
- Determina o termo com sucesso do período probatório.

II – Atribuição da menção de “Bom”

- Permite a consideração do período de tempo do respetivo ciclo avaliativo para efeitos de progressão na carreira;
- Permite o termo com sucesso do período probatório.

III – Atribuição da menção de “Regular”

Esta menção condiciona a progressão na carreira

já que o período de tempo a que respeita só é considerado para esse efeito após conclusão “... com sucesso de um plano de formação com a duração de um ano”.

IV – Atribuição da menção de “Insuficiente”

Esta constitui a menção qualitativa com efeitos (cumulativos) mais penalizadores para os docentes e que se identificam:

- A não contagem do tempo de serviço no respetivo ciclo avaliativo, para efeitos de progressão na carreira docente e o reinício do ciclo de avaliação;
- A obrigatoriedade de conclusão com sucesso de um plano de formação com a duração de um ano que integre a observação de aulas”;
- A cessação da nomeação provisória do docente em período probatório, ou termo do respetivo período;
- A impossibilidade de nova candidatura a qualquer título à docência, no mesmo ano ou no ano escolar imediatamente subsequente àquele em que realizou o período probatório”.

Ainda a propósito desta última menção qualitativa o legislador veio também determinar que, no caso de atribuição consecutiva de duas avaliações de “Insuficiente”, o docente será objeto da instauração de um processo de averiguações com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades.

Contudo, se esta situação ocorrer com docentes vinculados com contrato de trabalho em funções públicas **a termo resolutivo** a penalização que recai sobre os mesmos consiste na impossibilidade de serem admitidos “... a qualquer concurso de recrutamento de pessoal docente nos três anos escolares subsequentes à atribuição daquela avaliação”. Finalmente e ainda no que se refere a estes mesmos docentes (vinculados com contrato de trabalho a termo resolutivo) a lei veio determinar que, no caso de lhes serem atribuídas as menções de “Muito Bom” ou de “Bom” na última avaliação de desempenho, é-lhes somado um valor à respetiva graduação, para efeitos do concurso seguinte a que sejam opositores.■



- Contagem integral do tempo de serviço
 - Horários justos e legais
 - Gestão Democrática



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA